

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Ciências Humanas
Curso de Graduação em Ciências Socioambientais

Valéria Amorim Minardi de Carvalho

MIGRAÇÃO VENEZUELANA PARA O BRASIL:
processos de acolhimento e ajuda humanitária no município de Belo
Horizonte

Belo Horizonte
2022

Valéria Amorim Minardi de Carvalho

**MIGRAÇÃO VENEZUELANA PARA O BRASIL:
processos de acolhimento e ajuda humanitária no município de Belo
Horizonte**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Socioambientais da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Socioambientais.

Orientadora: Profa. Dra. Gisela P. Zapata

Belo Horizonte
2022

AGRADECIMENTOS

Durante a graduação, pude aprender muito sobre sororidade, esse sentimento de empatia e solidariedade entre as mulheres, que se reflete no respeito e companheirismo pelas lutas e conquistas umas das outras. Dedico um agradecimento especial às mulheres que me acompanharam ao longo dessa jornada: minha mãe e minhas filhas Carolina e Thaís, companheiras de muitas trocas e ressignificação de ideias; e à professora Gisela Zapata, que com muita competência, empatia e elegância orientou este trabalho.

Agradeço o imensurável apoio e incentivo recebidos de meu marido Cláudio e de meu filho Vinícius. E, ao amigo Anderson Florentino pelos muitos debates e profícuas trocas de ideias.

Finalmente, reitero meus sinceros agradecimentos às pessoas que efetivamente possibilitaram a realização dessa pesquisa, através de suas valiosas contribuições.

RESUMO

Este trabalho tem como objeto traçar uma análise qualitativa, a partir da investigação sobre aspectos da infraestrutura e resposta institucional voltadas ao acolhimento, integração e fixação das pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas na cidade de Belo Horizonte (BH), capital do Estado de Minas Gerais, no período entre os anos 2018 e 2022. O principal foco da pesquisa é a atuação de órgãos da gestão pública municipal em Belo Horizonte, e de algumas Organizações da Sociedade Civil voltadas ao apoio socioassistencial e humanitário aos imigrantes e refugiados internacionais, buscando entender as dinâmicas, estratégias, motivações e desafios encontrados no processo de acolhida, ajuda humanitária e integração socioambiental, cultural e econômica dos imigrantes venezuelanos no município de Belo Horizonte, dado o cenário geopolítico e socioambiental que impulsionaram o movimento migratório internacional venezuelano. A metodologia utilizada para alcance dos objetivos envolveu uma revisão bibliográfica contextual e entrevistas junto às organizações ligadas à gestão dos processos de acolhimento e integração das pessoas migrantes em BH. A conclusão dos trabalhos revela uma resposta estatal focada em medidas securitárias e emergenciais, resultante da inconsolidação e desarticulação das políticas públicas nas diversas esferas. Diante dessas lacunas, as Organizações da Sociedade Civil reúnem esforços consolidam redes de apoio e assumem o protagonismo nas ações de acolhimento e apoio à integração das pessoas imigrantes e refugiadas no país.

Palavras Chaves: Migração Venezuelana; Vulnerabilidade; Ajuda Humanitária; Resposta Institucional

ABSTRACT

This work aims to outline a qualitative analysis, based on the investigation of aspects of the infrastructure and institutional response aimed at welcoming, integrating and settling Venezuelan migrants and refugees in the city of Belo Horizonte (BH), capital of the State of Minas Gerais, in the period between the years 2018 and 2022. The main focus of the research is the performance of municipal public management bodies in Belo Horizonte, and of some Civil Society Organizations focused on social assistance and humanitarian support to international immigrants and refugees, seeking to understand the dynamics, strategies, motivations and challenges encountered in the process reception, humanitarian aid and socio-environmental, cultural and economic integration of Venezuelan immigrants in the city of Belo Horizonte, given the geopolitical and socio-environmental scenario that boosted the Venezuelan international migratory movement. The methodology used to achieve the objectives involved a contextual bibliographic review and interviews with organizations linked to the management of the reception and integration processes of migrant people in BH. The conclusion of the work reveals a state response based on security and emergency measures, resulting from the lack of consolidation of public policies in the various spheres. Faced with these gaps, Civil Society Organizations assume the leading role in welcoming and supporting the integration of immigrants and refugees in the country.

Key Words: Venezuelan Migration; Vulnerability; Humanitarian help; Institutional Response

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Perfil de Interiorização no território brasileiro em 2022..... | 38 |
| Figura 2 - Perfil da Interiorização no estado de Minas Gerais em 2022..... | 40 |
| Figura 3 - Perfil das pessoas venezuelanas interiorizadas em Belo Horizonte em 2022..... | 43 |

LISTA DE ABREVIATURAS

Ação Social Arquidiocesana - PROVIDENS
Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais - ADRA
Agência da ONU Para Refugiados - ACNUR
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA
Centro de Referência de Assistência Social - CRAS
Centro de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET MG
Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo - COMITRATE
Comitê Nacional para Refugiados - CONARE
Confederação Nacional dos Municípios - CNM
Conselho Nacional de Imigração - CNIg
Centro de Referência de Assistência Social - CRAS
Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS
Cruz Vermelha de Minas Gerais - CVMG
Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais - DPDH
Defensoria Pública de Minas Gerais - DPMG
Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes - UNODOC
Faculdade Jesuíta - FAJE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Núcleo de Acolhida e Articulação da Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem - NAASP
Office of U.S. Foreign Disaster Assistance - OFDA
Organização das Nações Unidas - ONU
Organização dos Países Exportadores de Petróleo - OPEP
Organização Internacional para as Migrações – OIM
Organizações Humanitárias Não Governamentais - ONGs
Organizações da Sociedade Civil – OSC
Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela - R4V Brasil
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas
Prefeitura de Belo Horizonte - PBH
Procedimento Operacional Padrão - POP
Política Municipal de Habitação - PMH
Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE
Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania - SEDPAC

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| AGRADECIMENTOS | 02 |
| RESUMO | 03 |
| ABSTRACT | 04 |
| LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS | 05 |
| LISTA DE ABREVIATURAS | 06 |
| 1 INTRODUÇÃO | 08 |
| 2 MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E O CASO VENEZUELANO | 15 |
| 2.1 Migração Internacional no Mundo Globalizado | 15 |
| 2.2 Os Deslocamentos Forçados e a Migração de Crise | 19 |
| 2.3 Os Direitos Humanos e as Pessoas Migrantes e Refugiadas | 22 |
| 3 O ÊXODO VENEZUELANO | 28 |
| 3.1 Um Contexto Político e Histórico Sobre o Êxodo Venezuelano | 28 |
| 3.2 O Movimento Venezuelano para o Brasil | 30 |
| 3.3 O Fluxo de Migrantes da Etnia Warao | 33 |
| 4 GESTÃO INSTITUCIONAL DO ÊXODO | 36 |
| 4.1 A Operação Acolhida e a Estratégia de Interiorização | 36 |
| 4.2 A Acolhida em Minas Gerais | 38 |
| 5 A ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA DE ACOLHIMENTO EM BELO HORIZONTE | 43 |
| 5.1 A Atuação da PBH | 43 |
| 5.2 Atuação das OSCs | 50 |
| <i>5.2.1 Serviço Jesuíta a Migrantes e refugiados (SJMR)</i> | <i>50</i> |
| <i>5.2.2 Casa de Apoio Chico do Vale</i> | <i>56</i> |
| <i>5.2.3 Cruz Vermelha de Minas Gerais</i> | <i>60</i> |
| <i>5.2.4 Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA)</i> | <i>63</i> |
| <i>5.2.5 Casa do Migrante</i> | <i>66</i> |
| 6 CONCLUSÃO | 69 |
| REFERÊNCIAS | 73 |

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como proposição fundamental traçar uma análise qualitativa sobre aspectos da migração venezuelana para o Brasil, entre os anos 2018 e 2022, a partir da investigação de processos voltados ao acolhimento, integração e fixação das pessoas migrantes e refugiadas na cidade de Belo Horizonte (BH), capital do Estado de Minas Gerais. Foram realizadas abordagens no âmbito da gestão pública municipal e de instituições da sociedade civil que atuam no município prestando apoio humanitário e socioassistencial, a fim de averiguar as dinâmicas, estratégias, motivações e desafios encontrados no processo de acolhida e integração desses imigrantes.

A investigação de tal temática parte essencialmente da discussão sobre o panorama geopolítico global e regional. A indagação acerca do contexto macro é basilar para a compreensão dos possíveis motivadores que levaram um número inédito de pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas a empreender a jornada de deslocamento rumo às fronteiras vizinhas. Também, ocupa posição fundamental a investigação sobre a resposta das esferas executivas supranacionais em relação ao movimento migratório.

A ideia inicial para elaboração desse trabalho surgiu a partir da observação pessoal da ocorrência de um fenômeno incomum na região norte da cidade de Belo Horizonte: a presença diária de um significativo número de imigrantes venezuelanos, empenhados em pedidos de ajuda para sua sobrevivência. Homens, mulheres e idosos, acompanhados ou não de crianças, por vezes aparentando serem famílias inteiras, ocuparam as ruas da cidade, colocando-se próximos aos semáforos enquanto seguravam cartazes que manifestavam a condição de pessoas estrangeiras, imigrantes ou refugiadas, solicitando aos transeuntes auxílio para o suprimento de suas necessidades básicas.

Paralelamente a esses episódios, a mídia brasileira veiculava amplamente o intenso movimento transfronteiriço Venezuela-Brasil, atribuído à grave crise política e econômica enfrentada por aquele país, destacando a situação de vulnerabilidade dos migrantes. Esses processos instigaram questionamentos sobre as circunstâncias do deslocamento, bem como, quais seriam ações para o acolhimento, ajuda humanitária, e as redes de apoio que estariam envolvidas nestes processos.

Ao abordarmos de maneira simplista a migração humana, lembramos que essa

é uma atividade da qual se tem registro desde os tempos primordiais, em geral pela busca de melhores condições de vida. Contudo, os deslocamentos contemporâneos internos ou externos aos territórios nacionais refletem uma complexidade de questões e vulnerabilidades envolvendo os sujeitos sociais. Ao depreender a natureza do ato migratório contemporâneo, Marandola e Gallo (2010) esclarecem que a condição de incerteza que envolve os migrantes atuais espelha uma vasta ordem de motivos, direções, temporalidades e espacialidades, demandando análises interdisciplinares para a compreensão de seus processos.

Nessa perspectiva, o caso venezuelano apresenta-se bastante emblemático. A grave crise econômica e política daquele país figura como fator responsável pelo intenso êxodo de seus cidadãos. Após décadas de indiscutíveis conquistas sociais, a Venezuela enfrenta uma das maiores crises de sua história, advindas da polarização interna resultante da alternância entre os governos Chávez e Maduro, do isolamento internacional e da conseqüente deterioração socioeconômica (PENNAFORTE & OLIVEIRA, 2019, p.63).

A pandemia da Covid-19 também foi um fator de impacto diante da crise migratória venezuelana. O evento impôs ao mundo um novo olhar sobre os processos geopolíticos, a partir da revisão das políticas de circulação transnacionais motivadas pela imposição de medidas sanitárias. Essa realidade evidenciou a necessidade de reflexão sobre a relação entre a capacidade de resposta dos países aos agravos e a essencialidade da solidariedade humanitária para a promoção do bem-estar global.

De acordo com a Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), 5,4 milhões de pessoas Venezuelanas havia migrado em direção a outros países até 2022 (ACNUR, 2022). A Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela (R4V) informa que até outubro deste ano 388.120 pessoas migrantes e refugiadas oriundas da Venezuela ingressaram no Brasil, sendo concedido um total de 320.755 autorizações de residência no país. Foram ainda registradas 92.942 solicitações de refúgio, sendo 58.618 destas reconhecidas em território brasileiro (R4V, 2022).

Como resposta ao evento migratório venezuelano, o governo brasileiro instituiu em 2018, na região de Pacaraima e Boa Vista, porta de entrada do fluxo terrestre no país, a Operação Acolhida, constituída de três pilares: Ordenamento de Fronteira e Documentação – para promoção da regularização documental e o encaminhamento das medidas necessárias em casos de vulnerabilidade; Acolhimento e Assistência

Humanitária Emergencial - que provê abrigo, alimentação e atenção à saúde; Interiorização – que se trata de estratégia para dispersão voluntária e gratuita de imigrantes venezuelanos pelo território nacional, com o intuito de promover e facilitar sua integração socioeconômica (ACNUR, 2022).

As ações inerentes à Operação Acolhida são geridas pelas Forças Armadas Brasileiras, com apoio de diversas agências da Organização das Nações Unidas (ONU), de Organizações Humanitárias Não Governamentais (ONGs) e de Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

O exercício de reflexão sobre o destino e integração dessas pessoas em nosso meio socioambiental espelha o modelo político, socioeconômico e cultural em que nos inserimos. As discussões sobre as questões suscitadas pretendem esclarecer como se equacionam tais processos, quais seriam seus possíveis desdobramentos e, principalmente, buscam refletir se sua condução sociopolítica vai de encontro à edificação de uma sociedade mais diversa, justa e humanitária.

A metodologia utilizada, para alcance dos objetivos propostos por essa pesquisa, envolveu a investigação bibliográfica sobre o cenário geopolítico e as circunstâncias socioambientais e econômicas que impulsionaram o movimento migratório internacional venezuelano, associada à pesquisa sobre a resposta brasileira na gestão dos processos de acolhimento e integração das pessoas imigrantes e refugiadas no território brasileiro.

Também, através de investigação bibliográfica, foram identificadas Organizações da Sociedade Civil e órgãos do executivo municipal que atuam na cidade de Belo Horizonte no apoio às pessoas migrantes internacionais. Posteriormente, foi realizado contato por meio telefônico, eletrônico ou presencial com algumas dessas instituições, a fim de identificar colaboradores profissionalmente envolvidos com ações voltadas ao acolhimento e integração de pessoas migrantes e refugiadas no município, que estivessem dispostos a contribuir com a pesquisa. A partir da disposição do colaborador em participar, foram realizadas entrevistas presenciais ou por meio eletrônico, norteadas por roteiro básico de questionamentos. Os temas abordados foram apresentados oralmente e os colaboradores explanaram suas considerações da forma mais espontânea possível sobre os assuntos elencados.

O roteiro abrangeu os seguintes tópicos:

- A forma de atuação, a estrutura física, logística, financeira e de pessoal empregada pelas entidades no desenvolvimento dos trabalhos;

- A possível participação da entidade no *Programa Acolhida* e na Estratégia de Interiorização, promovida pelo Governo Federal;
- A interlocução com outros atores e parceiros da comunidade civil, militar e órgãos públicos em quaisquer de suas esferas;
- Os tipos de assistência e serviços ofertados aos atendidos;
- A temporalidade dos serviços prestados;
- A presença de apoio do sistema de voluntariado e da comunidade civil nas ações desenvolvidas;
- Informações sobre a origem e destino final das pessoas acolhidas;
- O quantitativo de pessoas atendidas;
- A atuação das entidades no processo de integração socioambiental e socioeconômica dos imigrantes atendidos;
- O atendimento de indígenas da etnia Warao.

Com essa abordagem pretendeu-se traçar um panorama mais amplo sobre as estratégias e as dinâmicas estabelecidas pelas entidades civis e públicas em Belo Horizonte no que tange à interiorização, aos processos de acolhimento e ajuda humanitária; às vias para regularização documental e acesso à serviços básicos; e às demandas orientadas à integração socioeconômica, socioambiental e cultural.

As visitas e entrevistas com as instituições representaram um desafio nesta pesquisa, devido à indisponibilidade de algumas para o atendimento tempestivo. O contato inicial para solicitação das entrevistas coincidiu com o começo do período de flexibilização das medidas sanitárias impostas pela pandemia de Covid-19, em maio de 2022. A flexibilização exigiu novas reformulações para o contato presencial, fato que contribuiu para a dificuldade no agendamento. Esse foi também um período em que o atendimento em algumas instituições foi bastante solicitado, gerando demora na concessão das entrevistas.

Ao todo foram realizadas entrevistas com representantes de cinco Organizações da Sociedade Civil, três delas presenciais: a primeira, com a Cruz Vermelha de Minas Gerais, seguida da Casa Chico do Vale e do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados. Para a entrevista com a ADRA foram realizados contatos iniciais por telefone e e-mail (sem retorno) e presencial. A entrevista, porém, aconteceu por meio telefônico, por opção logística da colaboradora. Da mesma forma, o colaborador da PROVIDENS, organização responsável pela gestão da Casa do Migrante, optou por transmitir as informações por meio eletrônico, pois a casa estava

temporariamente fechada à época das conversas. A entrevista nos setores do executivo municipal, mais especificamente no Serviço de Atendimento ao Imigrante, foi realizada no primeiro contato presencial, uma vez que o setor estava ativo para atendimento ao público espontâneo e o colaborador se disponibilizou prontamente a participar. A incursão em setores da administração municipal indisponíveis ao atendimento externo, exigiu procedimentos de autorização prévia, através do encaminhamento de documentos solicitados e preenchimento de formulários on-line. Apesar do cumprimento das etapas solicitadas, infelizmente a autorização não foi concluída em tempo hábil.

O trabalho a seguir estrutura-se a partir de discussões organizadas em capítulos, partindo de uma visão ampla e abrangente da questão migratória venezuelana, para análises pormenorizadas da atuação de entidades públicas e civis no auxílio das pessoas em deslocamento.

No segundo capítulo, são discutidas algumas questões de cunho teórico a respeito dos processos migratórios no *mundo globalizado*, considerando que os deslocamentos contemporâneos, atrelados à Globalização, perpassam questões geopolíticas que atuam no cerceamento e na regulação de acesso aos territórios. Na sequência, exploram-se situações em que motivações políticas, econômicas, culturais, religiosas ou socioambientais impelem indivíduos através das fronteiras, propiciando impactos tanto aos indivíduos em deslocamento, como às sociedades receptoras dos mesmos. Tais discussões encaminham as análises para o debate sobre *Os Direitos Humanos e as Pessoas Migrantes e Refugiadas*, objetivando compreender melhor alguns aspectos da integração e inserção social, laboral e cultural das pessoas imigrantes e refugiadas, bem como suas situações de isolamento e marginalização socioeconômica.

O terceiro capítulo, inicia-se com discussões acerca do contexto político e histórico sobre o êxodo Venezuelano, na tentativa de explicar alguns dos fatores que impulsionam contingentes populacionais expressivos para fora do país latino-americano. Na sequência, o texto dedica-se a observar *O Movimento Venezuelano para o Brasil* de modo mais específico, ressaltando o país como um dos cinco principais destinos para indivíduos que saem da Venezuela em busca de melhores condições de vida. Particularmente, ganha destaque *O Fluxo de Migrantes da Etnia Warao*, posto que entre os grupos étnicos tradicionais em deslocamento para o Brasil os Warao figuram em predominância.

O quarto capítulo, dedicado ao debate sobre a *Gestão Institucional do Êxodo*, trata de órgãos e entidades voltados ao acolhimento em âmbito federal e estadual. A *sessão sobre a Operação Acolhida e a Estratégia de Interiorização* aborda ações instituídas pelo governo federal em 2018, em resposta ao intenso fluxo migratório venezuelano, sendo expostos os pilares que sustentam o referido programa para garantir que sua atuação obtenha os resultados desejados. A *Acolhida em Minas Gerais* aborda a atuação estatal frente ao programa de Interiorização implementado pelo Governo Federal, apontando certa inoperância estatal nas questões relacionadas à imigração internacional.

O quinto capítulo é voltado à *Análise da Infraestrutura de Acolhimento em Belo Horizonte*, temática central do desenvolvimento dessa pesquisa. O município conta com a atuação da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) para operacionalizar os atendimentos aos imigrantes, ainda que a resposta seja comprometida pela falta de uma política pública migratória consolidada e de um alinhamento e respaldo político e financeiro de esferas superiores. Na sequência, trata-se a atuação de Organizações da Sociedade Civil como elementares na promoção do acolhimento, apoio e integração socioambiental e econômica dos imigrantes venezuelanos em relação à sociedade brasileira, sendo elencadas as ações do *Serviço Jesuíta a Migrantes e refugiados (SJMR)*, da *Casa de Apoio Chico do Vale*, da *Cruz Vermelha de Minas Gerais*, da *Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais*, e da *Casa do Migrante*.

A última seção traz conclusões sobre os dados obtidos com a presente pesquisa e aponta que nas migrações internacionais, em especial nos deslocamentos forçados, notam-se entraves relativos ao apoio humanitário e integrativo aos indivíduos deslocados. Questões ideológicas encabeçam esses obstáculos e, no caso brasileiro, a inexistência de uma política pública consolidada para o amparo aos imigrantes internacionais incide em medidas emergenciais e securitárias adotadas pelo governo federal, que se refletem nas respostas das demais esferas executivas.

A resposta brasileira, através da Operação Acolhida, buscou estabelecer-se aos moldes de uma força-tarefa para atendimento emergencial humanitário. Um de seus pilares, a estratégia de interiorização, pretende atuar como um processo facilitador para a integração das pessoas migrantes e refugiadas. Contudo, observa-se falhas substanciais no processo e uma alarmante falta de continuidade do apoio governamental após a logística de dispersão.

Na esfera estadual, são articuladas estratégias para a construção de uma política migratória mais efetiva e atuante através das ações do COMITRATE. No entanto, observa-se um posicionamento de isenção no tocante à questão, pela ausência de serviços e equipamentos especializados e pelo repasse de responsabilidades à esfera municipal e à sociedade civil.

Ao fim, a abordagem sobre a cidade de Belo Horizonte identifica iniciativas de acolhida, atendimento socioassistencial e promoção da integração socioambiental. Contudo, a ausência de uma política consolidada e da articulação com as demais esferas governamentais resulta em lacunas estruturais no atendimento aos imigrantes internacionais e na transferência de responsabilidades institucionais à sociedade civil, notadamente às organizações que prestam serviços de assistência humanitária e social.

2 MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E O CASO VENEZUELANO

2.1 Migração Internacional no Mundo Globalizado

Como um consenso geral, a ideia dos deslocamentos humanos contemporâneos está atrelada aos processos vivenciados em mundo globalizado. Ao mesmo tempo em que os estados detêm o poder de cerceamento e de regulação de acesso aos seus territórios, a interação entre os povos vai além das fronteiras nacionais, assumindo um papel mais fluído e dinâmico. Para autores como Castles et. al. (2019) e Martine (2005) a globalização intensificou os fluxos transfronteiriços, em um processo dinâmico que abarca finanças, comércio, valores, produtos e pessoas, através da expansão da reprodução capitalista. O desenvolvimento de economias periféricas e a dispersão de tecnologias de comunicação e logística pelos cantos mais recônditos do mundo é um dos fatores responsáveis por esse tipo de integração ampliada. O avanço tecnológico pós-industrialização promoveu uma interconexão difusa que aproxima distâncias e culturas, integrando lugares e pessoas remotamente, mas, ao mesmo tempo destaca as discrepâncias entre diversas realidades, conformando a dinâmica da geopolítica mundial (CASTLES ET. AL., 2019; MARTINE, 2005).

Como forma de ampliar o entendimento sobre a atual configuração dos deslocamentos humanos, é importante fazermos um breve retrocesso histórico pelos movimentos migratórios no mundo moderno. Castles e colaboradores (2010) analisam que desde os movimentos impulsionados pelo mercantilismo no Séc. XVI, em busca de novos territórios e seus recursos ambientais, observa-se a expansão das migrações de longas distâncias. Os aspectos históricos como a formação do Estado-Nação, a expansão colonial e o imperialismo europeu repercutiram no deslocamento de grande número de trabalhadores, tanto os livres, quanto os forçados, em direção ao sul global e demais regiões periféricas, compondo um contexto de dominação e violência. (CASTLES Et. Al., 2010, p.16). O segundo período, já no início do século XIX, ocorreu durante a expansão industrial do capitalismo europeu para as colônias. Caracterizou-se como a primeira era da migração em massa, cujos fluxos transatlânticos intermitentes de trabalhadores europeus estabeleceram-se rumo às colônias, nas Américas, África e Oceania, em busca de melhores condições para a reprodução da vida, diante de uma Europa em franco processo de urbanização e transformação política e socioeconômica (CASTLES ET. AL., 2014).

Massey et Al (2005) defendem que no espaço temporal equivalente às grandes Guerras Mundiais ocorreu o refreamento dos fluxos migratórios, à exceção dos movimentos de retorno aos países nativos. A partir das novas configurações políticas do pós-guerra, a adoção de medidas restritivas de acesso aos territórios refletiu um cenário, até então desconhecido, de pessoas deslocadas, apátridas e refugiadas. Após a dispersão industrial e tecnológica para as economias periféricas e a configuração de novos mercados e postos de trabalho, a migração assumiu fluxos divergentes aos tradicionais. Com o aumento da diversidade de países receptores e emissores, estabeleceram-se movimentos de retorno no sentido Sul-Norte, das ex-colônias para os antigos colonizadores.

Todo esse histórico de relações geopolíticas e fluxos de deslocamento chega à atualidade reconfigurado em novas redes de poder e circulação entre os sistemas globais, notadamente os periféricos. A partir desse marco a globalização assume a tônica mundial e, em contrapartida, as desigualdades entre os eixos globais, regionais e periféricos tornam-se ainda mais relevantes para o contexto migratório.

Nessa perspectiva, torna-se natural pensarmos que os deslocamentos atuais, sobretudo os internacionais, são favorecidos pela possibilidade de se estabelecer algum conhecimento prévio sobre os locais de destinos e suas peculiaridades, e que esse fato pode ser considerado como estímulo à decisão de migrar. Todavia, a migração não parte de elementos tão singulares. Sua complexidade envolve uma infinidade de motivações e condições, em que se pesem as necessidades, opções e escolhas pessoais e familiares das pessoas migrantes, até os aspectos mais amplos, que envolvem os contextos políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, vigentes tanto nos países de origem, como nos de destino.

De acordo com Sassem (2016), os movimentos migratórios atuais são motivados por forças externas aos territórios de origem, fundamentados na progressão do sistema de produção capitalista. Aspectos resultantes das disparidades econômicas e políticas entre os eixos, como a destinação inadequada de fundos de investimento pelas elites de países periféricos, a mercantilização de terras agrárias e urbanas promovidas por grandes corporações, os conflitos armados e as consequências advindas das mudanças climáticas, resultado do desenvolvimento econômico insustentável, são apontados pela autora como fatores que promovem a “perda de habitat” dos migrantes, reforçam ambiguidades e se refletem na natureza e escala dos deslocamentos (SASSEM, 2016).

Ao analisar o contexto de mobilidade globalizada, Castles et. al. (2019) defendem que a migração, enquanto processo dinâmico, interage em três níveis: o *micro*, cujos aspectos definidores centram-se no sujeito e suas famílias; o *meso*, que se constitui da indústria migratória, das redes e comunidades de imigrantes mais amplas, e dos setores de atendimento aos migrantes; e o *macro*, que engloba contextos institucionais como os econômicos, políticos, diplomáticos, mercadológicos e regulatórios (CASTLES ET. AL., 2019).

Corroborando com tal linha de pensamento, Martine (2005) cita a globalização como um processo dinâmico regido pelo liberalismo econômico e que atua como fator dual frente aos deslocamentos humanos. Segundo o autor, a liberdade de movimento, consentida pela aparente supressão de barreiras no mundo contemporâneo, vê-se compelida por forças mais eficientes de gestão e apropriação, tornando as desigualdades entre nações mais amplas, visíveis e difíceis de superar.

A migração internacional é resultado das desigualdades entre países – e a globalização acentua essas desigualdades. As inconsistências entre discurso e prática constituem os principais entraves ao crescimento econômico dos países não-industrializados no atual momento da globalização, é o maior determinante dos problemas associados à migração(...) (MARTINE, 2005, p.5).

Livi-Bacci (2012) ao elencar os principais indutores dos processos migratórios atuais, enumera a globalização econômica como a principal promotora de deslocamentos nos níveis global e regional. Os principais motivadores destes deslocamentos seriam a difusão e barateamento de recursos técnicos, fator de facilitação do acesso às tecnologias de comunicação e locomoção por diferentes estratos populacionais; as interfaces culturais e sociais, cujo intercâmbio de interesses facilita as trocas e a circulação internacional; e os elementos relacionados ao trabalho, que movimentam diversos níveis de qualificação e serviços. Na sequência, o autor aponta as disparidades regionais e locais como promotora de fluxos entre países e regiões mais ou menos promissoras economicamente, com destaque para os roteiros dos países pobres em direção aos mais favorecidos. O outro fator preponderante na discussão é o diferencial demográfico, em função do desequilíbrio nos índices de fecundidade e envelhecimento populacional entre países ricos e pobres. A desarmonia observada entre a escassez da oferta de trabalhadores ativos nas regiões mais ricas, principalmente naquelas funções consideradas menos qualificadas, e a fartura nas regiões mais pobres, aliada à cenários de demanda por empregos e bem-estar social,

tende a se compensar através da circulação de mão-de-obra entre eles (LIVI-BACCI,2012).

Em relação à circulação motivada pelo trabalho, Castles e colaboradores trazem uma argumentação importante sobre as diferentes condições de trabalhadores migrantes. O autor destaca a necessidade de recursos para se efetuar a migração internacional, tornando-a seletiva em relação às condições socioeconômicas que a favorecem. A migração Sul-Norte, nesse sentido, é muitas vezes motivada pelo interesse do destino em selecionar profissionais mais qualificados, oferecendo regras privilegiadas para seus acessos e permanências nos territórios. Já as outras classes, permanecem expostas à restrição e à exclusão (CASTLES ET. AL., 2014).

Alinhado com tal pensamento, Livi-Bacci (2012) esclarece que sob o caráter imprescindível da migração internacional atuam relações de poder e interesses políticos e econômicos, e realidades sociais, culturais e ambientais que geram barreiras consistentes para controle dos agentes em movimento. Enfatiza o empenho de países ricos na promoção da regulação normativa e na seletividade para o acesso, que determinam elementos como a qualificação profissional do imigrante e o tempo de permanência em seus territórios. Tais medidas restritivas, argumenta, servem ao propósito de poupar orçamentos destinados ao bem-estar dos nacionais nos contextos de migrações de longo prazo, ou a evasão de divisas advindas do envio de remessas e das migrações de retorno à origem (LIVI-BACCI, 2012).

Nessa mesma linha de discussão, ao abordarem o desenvolvimento das dinâmicas circulatórias nas regiões periféricas, Silva e Baeninger (2021) consideram que as práticas restritivas de acesso nos países do Norte reforçam a circulação entre as economias periféricas, aumentando as condições de irregularidade, insegurança e exploração em relação aos deslocamentos. As medidas de contenção reproduzidas condicionam os movimentos migratórios dentro de um novo contexto de relações geopolíticas regionais (SILVA & BAENINGER, 2021).

Percebe-se nas análises sobre os movimentos migratórios que as desigualdades entre os países figuram comumente como elementos tanto atrativos, quanto repulsivos. Melhores condições de infraestrutura básica, economias mais sólidas e sociedades culturalmente mais abertas, em geral, constituem-se como indicativos de destinos mais receptivos. Em contrapartida, contextos de conflitos e adversidades políticas, culturais, religiosas, econômicas, ou socioambientais, configuram-se como elementos expulsórios frequentes. Cabe ressaltar que, não

necessariamente, as economias mais ricas funcionarão como elementos de atração. Haja vista, a circulação cada vez mais frequente de trabalhadores entre matrizes e filiais de empresas transnacionais e os fluxos de circulação regional, ou internos aos blocos continentais (CASTLES ET. AL., 2014). Nessa perspectiva, a migração assume um papel cada vez mais diversificado e essencial à reprodução do capitalismo vigente no mundo globalizado.

Não obstante, a linha que determina a natureza compulsória ou voluntária, legal ou irregular dos movimentos humanos é tênue, permeada de motivações, oportunidades e crises. Horwood e Reitano (2016) consideram que a adoção de políticas migratórias, nacionais, regionais e global, capazes de lidar com os vários tipos de deslocamentos e o aumento da mobilidade irregular é fundamental para determinar os rumos da dinâmica global, notadamente frente aos aspectos de assimilação social e proteção humanitária aos deslocados.

Em sequência a tais discussões, o presente trabalho traz a abordagem sobre um desses eventos migratórios internacionais atuais, no qual observa-se um país latino-americano - a Venezuela - converter-se de um histórico de tradição migratória receptiva, para outro, que é considerado como *o maior êxodo da história recente da América Latina*.

2.2 Os Deslocamentos Forçados e a Migração de Crise

Diante dessa perspectiva, constata-se que o mundo globalizado tem conhecido episódios recorrentes de *deslocamentos forçados e de migrações de crise*. Sejam quais forem os propulsores desses eventos, casos como o da guerra da Síria, o desastre ambiental no Haiti ou o fanatismo religioso no Afeganistão estão associados a cenários onde predominam a vulnerabilidade e a violação dos direitos humanos básicos, forçando as pessoas a se deslocarem de seus territórios em busca de salvaguarda e melhores condições de vida.

Baeninger e Peres (2017) defendem que ao cruzarem as fronteiras geográficas os migrantes internacionais carregam consigo suas bagagens sociopolíticas e culturais. Tais processos sociais construídos entre a origem do deslocamento, suas etapas e o destino constituem “um espaço de disputas e de poder entre os diferentes agentes da estrutura social, com a circulação de capital econômico, simbólico, social e humano” (BAENINGER & PERES, 2017, p. 123). Assim, as autoras afirmam que a

Migração de Crise é socialmente construída na origem, contudo reflete-se como um momento de crise no destino, devido ao despreparo no recebimento dos fluxos, expresso na prática de medidas restritivas de controle, acesso e regulamentação migratória. Dessa forma, é legítima a ideia que o acolhimento e as ações de integração dessas pessoas imigrantes e refugiadas no território de destino dependem, sobretudo, do comprometimento de governos e sociedades receptores, considerando-se que não há uma legislação universal impositiva para determinar tais ações.

A revisão do conceito de *Migração de Crise*, protagonizada por Moreira e Borba (2021), argumenta que o teor dessa definição é instrumentalizado política e midiaticamente e relacionado a supostos problemas ocasionados no destino pelo acolhimento de migrantes. A associação de suas presenças à possíveis ameaças nas sociedades de acolhimento, alojam-se no cerne do ideário sociopolítico, manifestando-se em atos de discriminação, violência e xenofobia contra os imigrantes. Em contraposição, há que se considerar outra dimensão da crise, como os efeitos de ações políticas de repressão à decisão de migrar na origem. A imobilidade forçada, provocada pela extrema vulnerabilidade a que se expõem no processo, deve ser arrolada como um elemento importante nas análises das *Migrações de Crise*. As autoras defendem que o caráter nocivo e desestruturante dos fatores expulsórios são contundentes na promoção dos deslocamentos compulsórios, todavia,

Para determinados grupos impactados pelas crises, a migração não é sequer uma opção, em virtude de vulnerabilidades particularmente em populações atingidas que impedem a materialização da transposição fronteiriça. Logo, o aporte das “migrações de crise” abrange tanto aqueles que se movem supostamente por reunir condições para partir quanto os que ficam em razão da ausência destas e de meios externos à sua escolha, o que resulta por determinar a sua permanência no território (MOREIRA & BORBA, 2021, p. 03).

Em continuidade, Moreira e Borba (2021) esclarecem que os deslocados forçados contemporâneos, próprios dos contextos de Migração de Crise, predominantemente:

São pessoas fugindo da fome (ou da insegurança alimentar), da seca – entre outros fenômenos ambientais (que igualmente podem ocasionar fome) – e de conflitos armados internos ou interestatais, entre outras situações de graves violações de direitos humanos e marcadas por profunda violência. Portanto, são indivíduos e coletividades que se movem para resguardar essencialmente suas vidas e sua sobrevivência, condições mínimas – não plenamente dignas – para subsistir, em cenários das maiores adversidades,

derivados de atividades humanas ou não, que podem se desenvolver de forma lenta ou imediata (MOREIRA & BORBA, 2021, p. 08).

Jubilut e Fernandes (2018) ao debaterem a questão do atual êxodo venezuelano rumo aos países da América Latina, consideram três direitos elementares a serem assegurados aos imigrantes nos locais de destino: o acesso a territórios seguros - que prevê o direito de entrar, permanecer e circular em um território salvaguardado da situação de crise; o acesso aos direitos e serviços básicos - por meio da regularização documental, inserção laboral e acesso aos serviços de educação e saúde; e o direito à proteção legal - enquanto sujeitos em situação de vulnerabilidade e detentores de todos os direitos humanos (JUBILUT & FERNANDES, 2018).

Com base no exposto, é relevante lembrar que as políticas públicas voltadas à resposta institucional no destino têm o poder de conferir dignidade e segurança aos migrantes. Ao cruzarem fronteiras em fuga às situações de crise, as pessoas imigrantes e refugiadas almejam mais que a simples segurança de um abrigo. É necessário que possam ter condições dignas de se integrarem a nível socioeconômico, cultural e identitário nos locais de destinos. O acesso aos serviços e direitos são garantidos a partir da regularização de sua situação de permanência naquele território. Ao defenderem a importância de uma estrutura de regulamentação célere no destino, Baeninger e Peres (2017) comentam a solução encontrada pelo governo brasileiro, diante do fluxo de haitianos no Brasil a partir de 2010. Para as autoras, os haitianos encontraram no Brasil uma sociedade despreparada, com manifestações xenofóbicas e racistas, incapaz de responder com políticas públicas adequadas ao alto número de solicitações de refúgio. Sendo assim, o governo brasileiro adotou como solução imediata, a concessão de visto humanitário, sujeitando os solicitantes a uma situação de regularização indeterminada e legalmente frágil (BAENINGER & PERES, 2017). De certa forma, as barreiras restritivas impostas pelos governos são uma forma de isenção dos Estados em relação ao acolhimento e incorporação dessas pessoas em suas sociedades. Corroborando com esse pensamento, Jubilut e Fernandes (2018) elencam a falta de vontade política como um considerável empecilho para o estabelecimento de novos parâmetros protetivos para os deslocamentos forçados.

2.3 Os Direitos Humanos e as Pessoas Migrantes e Refugiadas

A *Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948* é considerada o princípio norteador da *Proteção aos Direitos Humanos* no mundo, um documento que se constitui como “norma universal, destinada a todos os povos e nações do mundo” (ONU, 2022). Uma de suas prerrogativas básicas é o comprometimento e a cooperação entre a Organização das Nações Unidas e os Estados membros na “promoção do respeito universal e efetivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais” (ONU, 2022).

O direito à migração e à proteção humanitária estão previstos na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* como sendo fundamentais a todas as pessoas:

Artigo 13º

1. Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.
2. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.

Artigo 14º

1. Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de se beneficiar de asilo em outros países.
2. Este direito não pode, porém, ser invocado no caso de processo realmente existente por crime de direito comum ou por atividades contrárias aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 15º

1. Todo indivíduo tem direito a ter uma nacionalidade.
2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade (ONU, 2022).

Em 1951, em Genebra, durante a Conferência das Nações Unidas, foi estabelecida a *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados*, na qual definiu-se a condição de *Refugiado*. O conceito, baseado em preceitos de ajuda humanitária para proteção às vítimas de perseguição ou violações de direitos em decorrência de ações relativas à segunda grande guerra, limitava-se a ocorrências circunscritas à região europeia e anteriores a 1951. Desde essa primeira iniciativa, as temáticas dos Direitos Humanos e do Refúgio ampliaram-se, demandando novos contornos e revisões, a

exemplo do *Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados*, em 1967, que universalizou o conceito de refugiado, e a *Declaração de Cartagena*, em 1984, orientada para questões inerentes à América Latina (JUBILUT & MADUREIRA, 2014).

Contudo, a essência do conceito estabelecido na Convenção de 1951 prevalece até dias de hoje e define os refugiados da seguinte maneira:

São pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados (ACNUR, 2022).

Jubilut e Madureira (2014) apontam ressalvas sobre essa definição de Refugiado, considerando que existem limitações em termos de sua abrangência e aplicabilidade legal, devido à dificuldade em classificar todas as situações de perseguição dentro dos contextos atuais. Como exemplos, citam a omissão sobre questões de gênero, que anteriormente permaneciam à margem de muitas discussões e nos dias atuais tem ganhado cada vez mais proeminência; a não inclusão de perspectivas como direitos socioeconômicos e culturais; e à desconexão do conceito em relação à alguns dos demais direitos humanos. Para os autores, essa falha conceitual inviabiliza a celeridade de reconhecimento e regularização da situação de refúgio em alguns casos (JUBILUT & MADUREIRA, 2014).

De fato, percebe-se que a definição empregada pretende abarcar uma variedade de contextos, mas não atende a todos os cenários possíveis. Isso porque a diversidade das situações de conflitos e crises estão intrinsecamente conectadas às realidades de cada local de origem, bloco ou eixo geopolítico. A demora no processo de regularização realça vulnerabilidades e impede a apropriação de direitos essenciais à proteção das pessoas migrantes e refugiadas. Em resposta a tais fragilidades, painéis de discussões regionais foram instituídos ao longo dos anos para revisão e melhor adequação dos critérios universais às necessidades regionais, como é o caso da Declaração de Cartagena.

Tão relevante quanto identificar as conjunturas políticas e estruturais que compõem o atual contexto dos deslocamentos forçados, é definir, dentro do escopo das diversas naturezas de pessoas e situações envolvidas, como são classificadas cada uma de suas categorias. Nesse sentido, a Acnur as definem como:

1) Solicitantes de refúgio: 'pessoas que solicitam às autoridades competentes serem reconhecidas como refugiado, mas que ainda não tiveram seus pedidos avaliados definitivamente pelos sistemas nacionais de proteção e refúgio'; 2) Deslocados Internos: 'pessoas deslocadas dentro de seu próprio país, pelos mesmos motivos de um refugiado, mas que não atravessaram uma fronteira internacional para buscar proteção; Mesmo tendo sido forçadas a deixar seus lares por razões similares às dos refugiados.'; 3) Apátridas: 'São pessoas que não têm sua nacionalidade reconhecida por nenhum país. A apatridia ocorre por várias razões, como discriminação contra minorias na legislação nacional, falha em reconhecer todos os residentes do país como cidadãos quando este país se torna independente (secessão de Estados) e conflitos de leis entre países. (.....)'; 4) Retornados: 'São pessoas que tiveram o status de refugiados e solicitantes de refúgio, e que retornam voluntariamente a seus países de origem' (ACNUR, 2022).

No contexto brasileiro, a atual orientação do arcabouço legal é considerada um exemplo positivo de adequação aos preceitos dos Direitos Humanos. O Brasil integra alguns dos mais relevantes instrumentos internacionais de proteção aos refugiados como a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967, ambos relativos ao Estatuto dos Refugiados. Em âmbito regional, o Brasil também participa da Declaração de Cartagena Sobre Refugiados, de 1984, a Declaração de San José Sobre Refugiados e Pessoas Deslocadas, de 1994, o Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina, de 2004, a Declaração de Brasília Sobre a Proteção de Refugiados e Apátridas do Continente Americano, de 2010, e, enfim, a Declaração de Princípios do Mercosul Sobre Proteção Internacional de Refugiados, de 2012 (ONU, 2022).

Zapata e Fazito (2018) esclarecem que o incentivo e o desencorajamento em relação à imigração internacional no Brasil estiveram historicamente alinhados ao plano de desenvolvimento dos governos vigentes em cada período. Desde as políticas de incentivo dos períodos colonial e imperial até os dias atuais, as políticas migratórias brasileiras foram importantes fatores de conformação das dinâmicas sociodemográficas, políticas e econômicas no país (ZAPATA & FAZITO, 2018).

Nessa perspectiva, um importante marco ressaltado por Zapata & Wenderoth (2019), o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6815), promulgado na década de 1980, durante a ditadura militar, tratava o estrangeiro como uma ameaça à segurança nacional, embora contraditoriamente, a entrada de mão-de-obra qualificada fosse incentivada em seu texto. Após a Constituição de 1988, o Brasil assume o protagonismo na temática de proteção legal aos refugiados na América Latina ao promulgar, em 1997,

a Lei do Refúgio (Lei 9474), que incorpora os princípios de direitos humanos, norteados pela Convenção de 1951, o Protocolo de 1967 e a Declaração de Cartagena, e inova ao implementar a igualdade de tratamento para nacionais e estrangeiros residentes no país (ZAPATA & WENDEROTH, 2019).

Por um lado, com o reposicionamento geopolítico do Brasil no cenário mundial e a nova dinâmica estabelecida nos fluxos de entrada no eixo sul, em 2017, a promulgação da *Nova Lei de Migração (Lei 13445/17)* teve um caráter renovador e veio de encontro às exigências daquele momento político. Considerada um avanço em relação ao marco anterior, reconhece o imigrante como sujeito de direitos e deveres e sua efetiva contribuição para o desenvolvimento econômico e cultural do país; promove sua descriminalização; facilita sua entrada e registro no país; garante a circulação de povos indígenas em territórios tradicionais ocupados e inclui direitos dos apátridas (ZAPATA & FAZITO, 2018).

A inovação da legislação brasileira é destacada ao admitir, também, como refugiadas, as pessoas vitimadas por grave e generalizada violação de direitos humanos no seu país de origem, com base na Declaração de Cartagena (1984). A abrangência normativa é atestada pelos critérios e procedimentos para a concessão do refúgio no país, e pela atribuição de direitos iguais aos nacionais às pessoas reconhecidas como refugiadas (ONU, 2018).

Nessa perspectiva, considera-se de suma importância o reconhecimento pelo CONARE, em junho de 2019, da situação de grave e generalizada violação de direitos humanos na Venezuela. Tal prerrogativa baseada no inciso III, do Art1º da Lei de Refúgio (Lei 9.474, de 1997), simplifica e agiliza o processo de análise das solicitações de asilo por pessoas oriundas da Venezuela, abrangendo assim um maior número de solicitações (ACNUR, 2022).

Outra relevante iniciativa jurídica para a regularização do fluxo de entrada de venezuelanos pela fronteira norte foi a aprovação pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), da Resolução Normativa N º 126 (RN 126) de março de 2017, que dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço. A norma ressalta a atenção ao compromisso de livre circulação do Mercosul; aos acordos amparados nos Direitos Humanos e ao fluxo migratório irregular, sobretudo na região Norte do país. Em seu Art. 1º estabelece a possibilidade de concessão de residência temporária, por até 2 anos, ao estrangeiro oriundo, por via terrestre, de país fronteiriço onde não vigore o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes

do MERCOSUL¹ (BRASIL, 2017).

Em consonância às iniciativas citadas, a universalidade de direitos é assegurada pelo marco legal e faculta aos imigrantes internacionais o acesso igualitário a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social (BRASIL, 2017). Em particular, o atendimento socioassistencial direcionado às pessoas em situação de risco e vulnerabilidade, em desabrigo ou em situação de migração são definidos pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), operacionalizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Faustino (2020), indica dois eixos de atuação da PNAS: A Proteção Social Básica, cujas unidades de atendimento são os Centros de Assistência Social (CRAS) e o Serviço de Fortalecimento de Vínculos (SCFV), voltados aos serviços para prevenção de situações de risco e vulnerabilidade e ao acesso aos programas de transferência de renda e benefícios sociais, a exemplo do Programa Auxílio Brasil, antigo Bolsa Família; e A Proteção Social Especial, que atende pessoas em situação de risco e violação de direitos, através da operacionalização dos Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Destaca ainda a atribuição dos municípios na coordenação e prestação de serviços dessa natureza para pessoas imigrantes em seus territórios e a necessidade de articulação entre as demais esferas para melhor equalização dos serviços prestados (FAUSTINO, 2020).

Apesar dos avanços legais, ainda existem entraves que não permitem uma abrangência efetiva das políticas públicas nessa temática e das ações humanitárias e de integração socioeconômica e socioambiental. Em Zapata e Moulin (2021) as autoras explicitam que, apesar do aparato legal de teor humanitário e de respeito aos direitos dos imigrantes e refugiados, o cenário sociopolítico brasileiro evidencia uma realidade discordante, marcado pela desigualdade, violência, xenofobia e militarização da gestão de acesso ao território nacional. Também as sociedades de destino assumem um importante papel no acolhimento de pessoas imigrantes e refugiadas. Contudo, o acesso e a inclusão social está longe de ser uma realidade consolidada e

¹ O Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, foi assinado em Brasília, em 2002, durante a XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum. Estabelece regras comuns para autorização de residências aos nacionais dos Estados Partes e Associados do MERCOSUL, a fim de promover maior integração regional e solucionar a situação migratória entre os partícipes. (BRASIL, 2009)

pacífica. Autores como Silva e Baeninger (2021), Jubilut e Fernandes (2018), Zapata e Fazito (2018) são consoantes ao classificarem a xenofobia e a intolerância, inseridas no cerne das sociedades, como indutores de atos de violência e discriminação contra pessoas imigrantes e refugiadas. A questão é bastante desafiadora, uma vez que o preconceito, ainda que velado, dificulta a integração e inserção social, laboral e cultural e os conduz a situações de isolamento e marginalização socioeconômica.

3 ÊXODO VENEZUELANO

3.1 Um Contexto Político e Histórico Sobre o Êxodo Venezuelano

A Venezuela detém uma das maiores reservas mundiais de petróleo, tendo na exportação do bem primário a base de sua economia. O país é um dos fundadores da OPEP – *Organização dos Países Exportadores de Petróleo* e sua indústria petrolífera foi uma das pioneiras e maiores no mundo (INEP, 2022).

Diante desse cenário é importante ressaltar que, assim como os demais países latino-americanos, historicamente a Venezuela possui um passado agrário-exportador, que foi sobrepujado pela economia petrolífera no início do século passado. Pedroso (2020) esclarece que a configuração social tradicionalmente elitista favoreceu a consolidação de um projeto de industrialização ancorado em regulamentações permissivas e negligentes, que serviram a interesses especulativos de governos intervencionistas e obscuros, que promoveram a entrada de altos investimentos de capital estrangeiro, com significativa dependência do mercado estadunidense. A preponderância da indústria petrolífera induziu mudanças importantes no cenário venezuelano, como a acelerada urbanização do país e a redução da representatividade dos demais setores produtivos, consolidando, por exemplo, uma insuficiência na produção alimentar destinada ao abastecimento da população (PEDROSO, 2020).

Por outra perspectiva, a produção petrolífera permitiu ao país situar-se em um patamar de liderança mundial nas exportações de petróleo e produtos derivados no século passado, conferindo-lhe um protagonismo nos padrões de desenvolvimento socioeconômico em relação aos outros países do mesmo bloco geopolítico. O dinamismo econômico venezuelano consolidou o país como um centro de atração para recursos tecnológicos, econômicos e também, humanos. Álvarez (2018) ao discorrer sobre o histórico migratório venezuelano enaltece a tradição daquele país, enquanto destino no eixo sul, para pessoas em busca de melhores condições de vida ou em fuga de conflitos e crises.

No período pós-guerra a Venezuela conheceu um contexto político favorável à democratização, que propiciou investimentos em projetos infra estruturais, resultando em desenvolvimento social mais igualitário e participativo. Contudo, a alternância de períodos democráticos e ditatoriais reforçaram assimetrias sociais, desigualdades

distributivas e o conseqüente beneficiamento econômico das elites, promovendo insatisfações e prejuízos socioeconômicos (PEDROSO, 2020).

Nos últimos anos esse cenário assumiu proporções caóticas. Como resultado de um conjunto de circunstâncias, que abarcam desde a gestão ineficiente dos recursos petrolíferos, as sanções econômicas encabeçadas pelos Estados Unidos, o colapso do preço do petróleo, até a deterioração do parque industrial, a economia venezuelana enveredou-se em pleno declínio (INEP, 2022). Em 2012, o país ocupava o 67º lugar no ranking de IDH mundial, sofrendo uma queda para a 113ª posição no ano de 2019 (COUNTRY ECONOMY, 2022).

Pennaforte e Oliveira (2019) avaliam que a deterioração econômica, política e social venezuelana foi intensificada pela ascensão de Nicolás Maduro ao poder, após a morte de Hugo Chávez. A polarização interna associada à queda no preço do barril de petróleo e aos equívocos políticos e econômicos levaram o país ao isolamento mundial, produzindo a incapacidade de articulação de novos arranjos internacionais e de integração no bloco sul (PENNAFORTE & OLIVEIRA, 2019, p.63).

Em alinhamento com o raciocínio exposto, Pismataro (2018) elucida que o colapso econômico venezuelano é o reflexo de múltiplos fatores, que resultaram na queda de produtividade e na redução de 96% da exportação do petróleo, ocasionando uma hiperinflação estimada para atingir 13.864% até o ano de 2021.

Motivados pelo agravamento da crise interna e pelas precárias condições de abastecimento e acesso a bens e serviços, mais de seis milhões de venezuelanos deslocaram-se, principalmente, em direção aos países da América Latina e Caribe, até 2022 (Plataforma R4V, 2022). O país assistiu sua taxa de emigração alterar-se do patamar de 1,96% da população total no ano de 2010, para 8,84% em 2019, totalizando 2.519.780 imigrantes venezuelanos somente naquele ano (COUNTRY ECONOMY, 2022).

O êxodo venezuelano é o fluxo migratório mais expressivo no bloco sul atualmente. Historicamente os deslocamentos entre os países latino-americanos pautavam-se majoritariamente por questões de integração regional, apoiados em acordos comerciais, tecnológicos e de mobilidade entre os países do bloco, propícios à circulação de pessoas, mercadorias, trabalho e tecnologias no âmbito do Mercosul (SILVA & BAENINGER, 2021). Contudo, o atual cenário geopolítico, caracterizado pela tendência à restrição de acesso, principalmente nos países do norte global, promoveu mudanças no panorama de circulação mundial, ocasionando outras

logísticas e rotas na mobilidade circunscrita e entre os blocos norte e sul. Dessa maneira, o direcionamento do fluxo venezuelano rumo aos vizinhos sul-americanos é condicionado pela força do ordenamento geopolítico global e das novas dinâmicas estabelecidas no eixo. Os autores esclarecem que nessa dinâmica de deslocamento sul-sul, a Colômbia situa-se como o destino preferencial dos venezuelanos, sendo que em 2021 o país abrigava 1,7 milhões deles; seguido do Peru, com 1,0 milhão de acolhidos; do Chile, com 457,3 mil e do Equador, que recebeu 432,9 mil. O Brasil figura como o quinto destino mais procurado pelos venezuelanos, alcançado em 2021 um total de 261,4 mil imigrantes (SILVA & BAENINGER, 2021).

Diante do exposto é cabível refletir que em uma situação de crise, como a enfrentada pela Venezuela, a fronteira mais próxima seja o destino logisticamente mais acessível, devido à quase frequente precariedade de recursos para a jornada e aos aspectos facilitadores, como: a proximidade espacial, identitária, linguística e sociocultural; a possibilidade de maior integração social, muitas vezes pela simples tradição de movimento migratório entre esses países; ou ainda, por marcos regulatórios e respostas humanitárias mais favoráveis (SILVA & BAENINGER, 2021). Sendo assim, é notável que os principais destinos do deslocamento venezuelano se estendam para além dos países fronteiriços, como é o caso do Equador, Peru e Chile, ou através de rotas de difícil transição, evidenciando um esforço extraordinário de fuga em busca de acolhimento e salvaguarda.

3.2 O Movimento Venezuelano para o Brasil

Dentre os principais destinos do fluxo venezuelano, o Brasil figura como o quinto receptor. O UNODC (2021), esclarece que o aumento do fluxo migratório venezuelano se deu em etapas sucessivas, nas quais houve uma mudança paulatina no perfil socioeconômico e de vulnerabilidade dos migrantes. Os primeiros movimentos aconteceram entre 2012 e 2014, a partir da intensificação do trânsito por via aérea, de profissionais altamente qualificados em busca de melhores campos e condições de trabalho, como alternativa às restrições impostas em outros destinos preferenciais no eixo norte. Com a progressão da crise venezuelana *um* segundo fluxo foi observado entre 2015 e 2017, quando houve um aumento do deslocamento aéreo de migrantes de classe média, muitas vezes estavam em direção a outros destinos finais. Nesse período, principalmente a partir de 2016, registrou-se uma expressiva

ampliação do fluxo pendular na fronteira terrestre em Pacaraima, no estado de Roraima, motivado principalmente pelo acesso a serviços e produtos ofertados nessa região brasileira. Por volta de 2018, foi notória a intensificação do fluxo terrestre pela mesma fronteira norte, assim como uma maior diversificação do perfil socioeconômico dos migrantes, alcançando registros inéditos em 2019. Cabe aqui ressaltar, o expressivo registro do deslocamento de grupos indígenas, notadamente da etnia Warao, nos últimos períodos (UNODC, 2021).

Ao analisar as etapas do fluxo, Baeninger (2018) classifica que esse primeiro movimento migratório venezuelano no Brasil se deu pelos “fatores de mudança” na origem, iniciando-se entre 2000-2016, e movimentou o capital transnacional, seletivo, para os polos tecnológicos de São Paulo e Rio de Janeiro. Já com a intensificação da crise, os “fatores de estagnação” trouxeram um perfil de classe média e da população mais empobrecida. A autora destaca que essa diferenciação entre os momentos de crise na origem e o perfil das pessoas migrantes e refugiadas, determina as condições dos mesmos sobre a permanência e deslocamento no território de destino, influenciando diretamente as condições de circulação e adaptação nos destinos finais (BAENINGER,2018).

De acordo com Zapata e Wenderoth (2022), a imigração venezuelana no Brasil pode ser dividida em dois momentos principais: a fase ‘imigração moderada’, de 1991 até meados da década de 2010; e a ‘migração de crise’ de 2016 até os dias atuais. No período entre 2013 e 2016, houve certa estabilidade nos fluxos de entrada de venezuelanos no Brasil, sendo que até 2014, o perfil observado era majoritariamente de profissionais com alto nível de escolaridade, muitos deles com entrada e residência e emprego na região sudeste. A partir de 2016, observa-se os primeiros sinais da migração de crise pela acentuação do fluxo migratório terrestre na fronteira norte. Nessa época percebe-se a elevação do trânsito de indígenas da etnia Warao na fronteira norte, em busca de alimentos e remédios. Os autores informam que antes da Pandemia de Covid-19, um total de 500 a 600 venezuelanos entraram no Brasil diariamente. As fases propostas elucidam mudanças drásticas no padrão migratório de majoritariamente aéreo para terrestre e no perfil demográfico, em relação ao sexo, idade e etnia, e qualificação dos migrantes, além do aumento exponencial de pedidos de refúgio (ZAPATA & WENDEROTH, 2022).

A principal via de entrada de venezuelanos no Brasil é a fronteira em Pacaraima, no estado de Roraima, que se interliga por via rodoviária à cidade de Santa

Elena de Uairén, no estado venezuelano de Bolívar. Silva e Baeninger (2021) explicam que as terras lindeiras na fronteira entre Brasil e Venezuela são ocupadas por grandes áreas de floresta e reservas indígenas, pouco povoadas e alcançam 2.199 km de extensão. A exceção nessa topografia seria exatamente a fronteira terrestre entre as cidades de Pacaraima e Santa Elena de Uairén. Já, Rodrigues (2006) elucida que apesar do desenvolvimento industrial de Bolívar contrastar com a incipiente atividade primária desenvolvida em Roraima, historicamente há uma semelhança entre as duas cidades, uma vez que ambas estão inseridas em contextos análogos de “conflitos pelo controle dos recursos naturais travados por diversos atores sociais (índios, garimpeiros, madeireiros, empresários, fazendeiros, militares)” (RODRIGUES, 2006, p.199). O movimento pendular entre as duas cidades sempre aconteceu em busca de bens, serviços, turismo e outras atividades. Porém, com o agravamento socioeconômico na Venezuela, as cidades de Pacaraima e Boa Vista, em extensão, passam a receber um fluxo cada vez mais expressivo de migrantes e refugiados venezuelanos, culminando em um evento, até então, inédito de deslocamento forçado (SILVA & BAENINGER, 2021).

Sob tal perspectiva, entende-se que a chegada massiva de elevado número de pessoas, em situação de extrema vulnerabilidade, representa um desafio para os locais de destino. Rodrigues (2006) ressalta a fragilidade estrutural e econômica do estado de Roraima em relação ao provimento de serviços básicos à população, uma vez que sua economia “sobrevive predominantemente dos recursos federais e de um setor primário incipiente” (RODRIGUES, 2006, p.199). Sendo assim, o afluxo venezuelano representou um momento de caos na fronteira norte, amplamente divulgado pela imprensa nacional (El País, 2018; Agência Brasil, 2019), e caracterizado tanto pela incapacidade de resposta do governo local no amparo humanitário e emergencial esses grupos, quanto evidenciado pelo esgotamento no provimento de bens e serviços e pela intensificação dos índices de violência e xenofobia.

Em meio a esse contexto de aumento vertiginoso da população e a conseqüente pressão sobre serviços, instaurou-se uma tensão social em Pacaraima e Boa Vista. O surgimento da pandemia da Covid-19 foi um fator agravante da situação, levando o governo de Roraima a solicitar a ajuda federal para controlá-la. A necessidade de adoção de medidas sanitárias de isolamento social e restrição de circulação, recomendadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA,

além do impacto na comunidade local, intensificou a situação de vulnerabilidade dos grupos migrantes.

A restrição de circulação e acesso ocasionou a retenção das pessoas migrantes e refugiadas nas cidades fronteiriças e o aumento da tensão local. Praticamente todos os setores foram impactados, a exemplo da economia, saúde, abastecimento e transportes. Sobretudo as pessoas mais vulneráveis foram bastante afetadas pela perda de renda e do acesso a serviços básicos como saúde. Ao debater os efeitos da pandemia na realidade de imigrantes e refugiados na América Latina, Vera Espinoza et. al. (2020) afirmam que a resposta governamental à crise, promoveu uma potencialização da vulnerabilidade desses grupos, afetando sua capacidade de subsistência e provocando uma situação de “mobilidade na imobilidade”, uma vez que se viram impelidos a retomar ao país de origem. As autoras destacam em seu artigo a situação dos venezuelanos que se viram obrigados a empreender movimentos de retorno ao país de origem, muitas vezes, a pé.

3.3 O Fluxo de Migrantes da Etnia Warao

Na temática do êxodo venezuelano, um importante elemento observado é o deslocamento massivo, desde 2016, de grupos étnicos tradicionais daquele país, “Pemon, Taurepang, Eñepa e Kariña, com preponderância dos Warao” (BRASIL, 2021, p.13).

Os Warao são considerados a segunda maior etnia da Venezuela. Originalmente eram um povo de tradições ribeirinhas, cujos grupos heterogêneos habitavam palafitas na região do delta do rio Orinoco, a nordeste do território onde se localizam os estados de Delta Amacuro, Sucre e Monagas. Viviam da caça, pesca e coleta vegetal, a exemplo do buriti. Em geral, falam a língua warao e o espanhol. Historicamente os Warao foram submetidos a diversos contextos expulsórios de seus territórios originais, para áreas urbanas periféricas. Dentre estes, registra-se a influência do desenvolvimento agrícola, por influência de missionários religiosos, em função da disseminação da prática do cultivo do ocumo chino, que viria a se tornar a base de sua alimentação. Posteriormente, na década de 1960, a implantação do projeto de desenvolvimento agrícola em seu território, promoveu o represamento do rio Manamo, resultando na salinização de suas terras de cultivo, na incapacidade de subsistência e no êxodo pela fome, alterando profundamente sua conformação

sociocultural. Já na década de 1980, para conter sua aglomeração irregular nas áreas públicas urbanas, o governo venezuelano criou a Casa Indígena, Yakariyene, que deveria ter um caráter de abrigo provisório, porém, acabou transformando-se em local de moradia permanente e precária para centenas deles. Na década seguinte, a exploração petrolífera em seus territórios originais provocou severos danos ambientais e segregação territorial, assim como impactos na subsistência, proliferação de doenças contagiosas e danos sociais como prostituição e alcoolismo. Os autores destacam que apesar do cenário de deslocamento massivo, observa-se a manutenção de fortes vínculos identitários e com as comunidades de origem que resistiram ao êxodo com a manutenção de padrões culturais. Mesmo em deslocamento, os Warao mantêm uma característica tradicional, a prática da mendicância pelas ruas das cidades, como forma de prover a subsistência dos grupos. Destaca-se também a prática artesanal com a palha do buriti (ACNUR, s/d).

A ACNUR acrescenta que a identidade étnica está relacionada à auto identificação e ao reconhecimento como tal pelos integrantes do mesmo grupo. Sendo assim, reconhecidos como indígenas, os Warao que vivem no Brasil detêm direitos específicos iguais aos indígenas brasileiros, “assegurados pela Constituição Federal e por tratados internacionais, que visam possibilitar a reprodução, o fortalecimento e a valorização de suas culturas (ACNUR, s/d, p. 31).

Dados produzidos pelo Ministério da Cidadania do Brasil, em parceria com a ACNUR indicam que,

A atenção ao público indígena tem representado grande desafio às políticas públicas no Brasil, considerando-se: as situações de vulnerabilidade apresentadas; a necessidade de construir abordagens culturais diferenciadas e adequadas; às dificuldades na comunicação, devido às diferenças de idiomas e culturas; o pouco conhecimento que ainda se tem sobre os fluxos de deslocamento espontâneo entre os diferentes territórios no Brasil, sobre sua dinâmica e motivações; a necessidade de ampliar o conhecimento por parte das redes de proteção sobre as características desses grupos; as dificuldades para inserção no mercado de trabalho, entre outros elementos (BRASIL, 2021, p.14).

Um olhar interessado perceberá com facilidade a presença dos grupos indígenas venezuelanos pelas ruas da cidade de Belo Horizonte. Em meio à pandemia da Covid-19, observava-se vários grupos postados nos sinais de trânsito ao longo das vias públicas, segurando cartazes com pedidos de ajuda para manutenção de sua

subsistência. Dentre eles, idosos, crianças, adultos e jovens.

De acordo com o ACNUR, desde 2014 tem sido observada a entrada de indígenas da etnia Warao no território brasileiro. Esses movimentos intensificaram-se a partir de 2016. Porém, em 2019 esse fluxo pôde ser percebido em regiões mais interiorizadas do país, como as regiões Centro-Oeste e Sudeste, seguidas da região Sul, em 2020. A estimativa é que: “(...) até março de 2021, 5.799 refugiados e migrantes indígenas venezuelanos estavam no Brasil. Quase 70% desse número corresponde a pessoas da etnia Warao, que estão presentes em 23 estados brasileiros” (ACNUR, 2021). Tal informação confirma a impressão pessoal sobre a presença de integrantes dessa etnia dentre os migrantes venezuelanos presentes em Belo Horizonte.

O ACNUR considera, ainda, que as especificidades da cultura e do modo de deslocamento dos Warao requerem a adoção de ações intersetoriais para o alinhamento conceitual dos diversos atores envolvidos no atendimento e proteção dos imigrantes desta etnia em meio urbano (ACNUR, 2021).

4 GESTÃO INSTITUCIONAL DO ÊXODO

4.1 A Operação Acolhida e a Estratégia de Interiorização

Em resposta ao fluxo proveniente da Venezuela, o Governo Federal iniciou ações de gestão humanitária, por meio de apoio técnico e financeiro ao governo de Roraima em 2016. Em parceria com organizações não governamentais, promoveu ações como a implantação do Centro de Referência do Imigrante (CRI), em Boa Vista; a aprovação da RN126, que possibilitou a concessão de autorizações de residência temporária a migrantes oriundos de países vizinhos por via terrestre; e suspensão do estado de emergência social em Roraima, em 2017, que possibilitou a adoção de ações de proteção social aos venezuelanos (ZAPATA & WENDEROTH, 2022).

Em março de 2018 instituiu o programa Operação Acolhida, que começou efetivamente a funcionar em junho do mesmo ano. A operação comandada pelas Forças Armadas, desenvolve-se em parceria com diversas Organizações Internacionais, a exemplo da Agência da ONU Para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e da Sociedade Civil (OSCs), como o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) (ACNUR, 2022).

A gestão do processo de acolhida baseia-se em três pilares: Ordenamento de Fronteira e Documentação – que promove a regularização documental e o encaminhamento das medidas necessárias em casos de vulnerabilidade; Acolhimento e Assistência Humanitária Emergencial - que provê abrigo, alimentação e atenção à saúde, como encaminhamentos médicos e vacinação; Interiorização – que se trata de estratégia para dispersão voluntária e gratuita de imigrantes venezuelanos pelo território nacional, com o intuito de promover e facilitar sua integração socioeconômica (ACNUR, 2022).

De acordo com o sítio eletrônico da Casa Civil Brasileira, a Interiorização é a principal estratégia para enfrentamento dos efeitos do êxodo em Roraima. A “incurso planejada” e controlada pelo território brasileiro busca promover a integração socioeconômica das pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas no país e acontece após ações de acolhida e das etapas de regularização documental, avaliação clínica, alinhamento do esquema vacinal aos padrões nacionais, e adesão voluntária ao programa (BRASIL, 2022). Satisfeitas as condições, o migrante poderá optar por uma das quatro modalidades previstas, a saber:

Institucional/Abrigo-abrigo – O migrante vai de um abrigo emergencial em Roraima para outro, em cidades participantes, que tenha infraestrutura para o acolhimento e onde poderá permanecer por até 03 meses; Reunificação Familiar – acontece quando o migrante vai ao encontro de parentes residentes no país, que possam oferecer moradia, ou outro tipo de apoio para integração socioeconômica; Reunião Social – o migrante, ou famílias migrantes com até sete membros, desloca-se para encontro com pessoas de sua rede social particular residente no país, que sejam maiores e comprovadamente aptas a fornecer apoio econômico; Vaga de Emprego Sinalizada – ocorre a partir da mediação para inclusão através da indicação a vagas de emprego nas quais se encaixe o perfil do migrante (BRASIL, 2022).

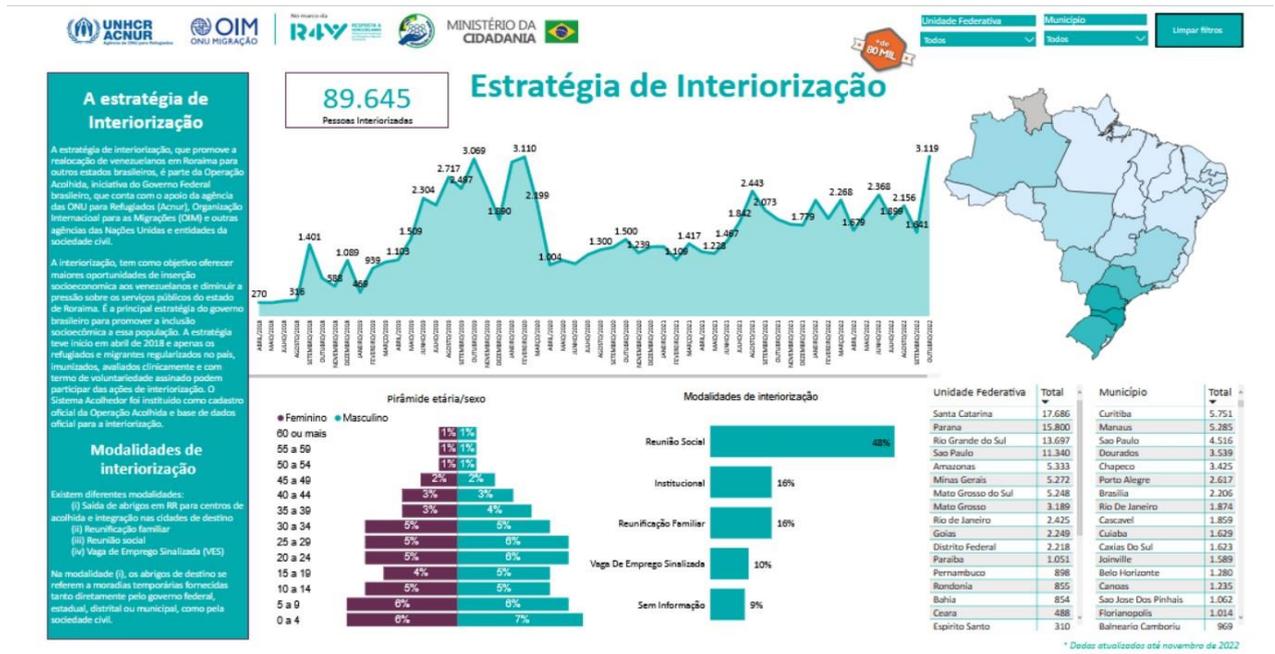
A adesão dos estados à estratégia de interiorização é voluntária. Tendo em vista sua promoção, o governo federal estabeleceu, em 2019, acordo de cooperação técnica com a Fundação Banco do Brasil, para estabelecimento de um fundo privado apto a receber doações para seu financiamento (MENDES & FERNANDES, 2021).

Outra iniciativa, refere-se à assinatura de protocolo de intenções, por meio da Casa Civil da Presidência da República Confederação Nacional dos Municípios, ACNUR, OIM e o Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA), que visa o incentivo aos municípios para o acolhimento de imigrantes e refugiados venezuelanos. Basicamente o protocolo estabelece a coordenação de medidas voltadas ao apoio técnico, logístico e regulatório. Em sua cláusula décima, específica a ausência de transferência de recursos orçamentários e financeiros entre os partícipes, atribuindo aos mesmos a responsabilidade de provimento dos recursos necessários (BRASIL, 2018).

A adesão dos estados e municípios brasileiros ao programa de Interiorização não aconteceu de forma tempestiva, tampouco equitativa. Fato facilmente observado pela desigualdade contemplada na distribuição de venezuelanos interiorizados nos estados, conforme gráficos apresentados abaixo. Os dados traçam o perfil da interiorização nos estados e municípios brasileiros e indicam que ao todo 89.645 pessoas foram interiorizadas no território brasileiro até novembro de 2022, nas diversas modalidades permitidas e praticamente com equivalência de porcentagens entre os gêneros. Verifica-se que até novembro de 2022 o Sul do Brasil figurou como a região de maior adesão ao programa, recebendo aproximadamente 47.183 pessoas, o que corresponde a 52% do total de venezuelanos interiorizados, distribuídos respectivamente entre: Santa Catarina (17.686 pessoas), Paraná (15.800 pessoas) e Rio Grande do Sul (13.697 pessoas). O estado de São Paulo, o quarto lugar em

número de interiorizações, recebeu 11.340 pessoas; e o Amazonas ocupa a 5ª posição, com 5.333 interiorizados. Estes cinco estados juntos receberam quase 64 mil participantes, aproximadamente 71% do total de interiorizados em todo o país. A modalidade de Reunião Social foi preponderante em relação às outras, alcançando mais de 50% do total de interiorizações nos estados do Sul do país. Em São Paulo essa modalidade foi a escolha de 39% dos interiorizados, e no Amazonas, em 61% dos casos. Em relação ao número de municípios que aderiram ao programa, observa-se que na região Sul e em São Paulo, em média 115 municípios de cada estado receberam venezuelanos interiorizados. Já no Amazonas, o número de interiorizados distribuiu-se em apenas 9 cidades. No mesmo período, o estado de Minas Gerais figurou na sexta posição frente aos demais estados, recebendo oficialmente cerca de cinco mil pessoas através do programa, distribuídas em aproximadamente 120 municípios, com predominância da modalidade de Reunião Social (42%), seguida da Institucional (23%) (R4V, 2022).

Figura 1 - Perfil de Interiorização no território brasileiro em 2022.



Fonte: Adaptado da Plataforma Regional de Coordenação Interagencial R4V, acesso em 12 dez 2022

4.2 A Acolhida em Minas Gerais

Mendes e Fernandes (2020) elucidam que Minas Gerais não aderiu imediatamente ao programa de Interiorização implementado pelo Governo Federal.

Os autores atribuem essa adesão tardia à falta de consolidação do programa enquanto política migratória. A participação de Minas Gerais foi oficializada somente a partir de novembro de 2020, contudo, afirmam que nessa época a chegada de imigrantes venezuelanos no estado por meio das ações de diversas instituições, organizações e redes sociais de apoio já era uma realidade. Sob a perspectiva dos autores, a migração, enquanto processo social, é organizada e apoiada, sobretudo, pela interconexão e articulação de diversas redes sociais e institucionais, que atuam em níveis micros e macros, possibilitando a integração dos imigrantes no destino. A partir de seus estudos, identificaram as redes de apoio no processo de acolhimento e interiorização dos imigrantes venezuelanos em Minas Gerais. A rede compõe-se das esferas governamentais na área de justiça, segurança pública e militar, que alinhados às organizações não governamentais, a exemplo do Sistema ONU, atuam juntamente à representantes da sociedade civil, como o empresariado, organizações religiosas e de apoio socioassistencial aos migrantes e refugiados venezuelanos, como Cruz Vermelha, ADRA, SJMR, Casa Chico do Vale, que são objetos de estudo desta pesquisa (MENDES & FERNANDES, 2020).

Faustino (2020) ao discorrer sobre ações de acolhida em Minas Gerais reforça certa inoperância estatal nas questões relacionadas à imigração internacional, destacando que o estado atua mais como articulador na coordenação de redes de apoio. Salaria a necessidade de criação de políticas públicas subnacionais para a gestão da questão migratória, com base em dois eixos principais, a adaptação das estruturas já instaladas e a implementação de novas práticas específicas para atendimento aos imigrantes. A autora informa, ainda, sobre a descontinuidade de iniciativas positivas após a mudança das gestões públicas estaduais, a exemplo da Casa dos Direitos Humanos e do núcleo inicial para implantação do COMITRATE – Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo (FAUSTINO, 2020).

O COMITRATE, instituído através do Decreto Estadual 46849, de 29/09/2015, é uma instância colegiada, consultiva, propositiva e deliberativa, vinculada à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – SEDPAC, cuja finalidade é articular ações governamentais em parceria com o poder público e a sociedade civil, relacionadas à migração, refúgio e apátridas, ao enfrentamento do tráfico de pessoas e trabalho escravo, inclusive o infantil. Seu objetivo principal consiste no desenvolvimento, implantação, execução, subsídio,

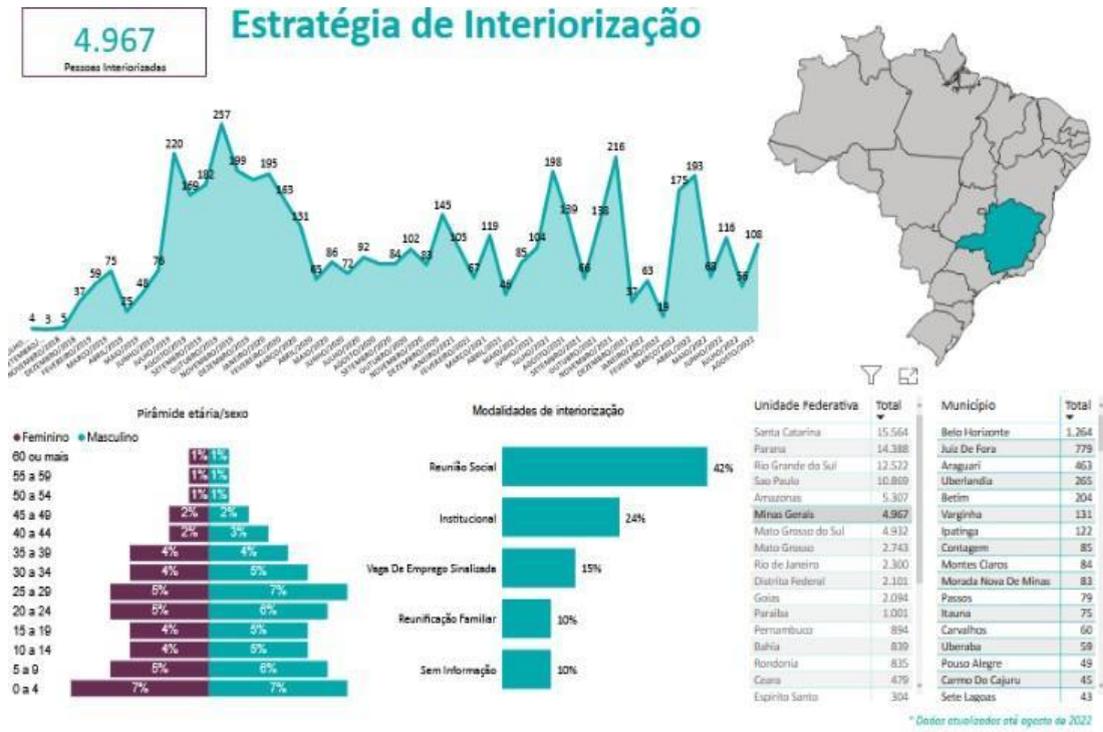
monitoramento e avaliação das políticas públicas sobre o tema, em alinhamento com a legislação nacional e os tratados e convenções dos quais o Brasil é signatário (MINAS GERAIS, 2015).

Apesar da importância do comitê frente à articulação e elaboração de planos e programas públicos inclusivos para a população imigrante, apátrida e refugiada (ACNUR, 2019), sua instituição somente, não atende às necessidades desse público. Em consonância com esse pensamento, Faustino (2020) demonstra que, apesar de reconhecer a população imigrante em seu território, assim como suas vulnerabilidades e necessidades, o governo mineiro não se dedica à implementação de políticas públicas eficazes para seu atendimento, adotando uma prática de isenção e delegação de responsabilidades à sociedade civil e às gestões municipais. Miranda e Bronzo (2021) esclarecem que após a implantação do Sistema Único de Assistência Social SUAS no Brasil, em 2008, o governo estadual delegou a responsabilidade do atendimento ao imigrante à esfera municipal.

Em contrapartida, diante dessa lacuna institucional, as organizações da sociedade civil assumem o protagonismo, constituindo redes de apoio para o acolhimento e integração de pessoas imigrantes, apátridas e refugiadas.

Segundo dados da Plataforma R4V (2022), Minas Gerais recebeu até junho de 2022, 4.859 venezuelanos interiorizados. Os gráficos abaixo traçam o perfil destes no estado até o corrente. Pode-se verificar que a distribuição por cidades indica a predominância da capital, Belo Horizonte, como destino, seguida dos pólos regionais, possivelmente pelas oportunidades de trabalho ofertadas nessas localidades. A Reunião Social é a modalidade mais frequente de interiorização, atingindo 42% dos casos, seguida da Institucional, com 24% e da vaga de emprego sinalizada, que representa apenas 15% dos casos.

Figura 2 - Perfil da Interiorização no estado de Minas Gerais em 2022.



Fonte: Adaptado da Plataforma Regional de Coordenação Interagencial R4V, acesso em 27 set 2022.

Em fevereiro de 2019, chegou ao estado o primeiro grupo de 37 venezuelanos interiorizados. A iniciativa deu-se através da rede de atuação Acolhe Minas, liderada pelo Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados, em parceria com o exército, entidades civis, religiosas, como a Arquidiocese de Belo Horizonte, universidades, ONGs e a própria ACNUR. Desse grupo, 11 pessoas seguiram para a Casa de Passagem Padre Pedro Arrupe, na cidade de Montes Claros, no norte mineiro, e 26 permaneceram na capital, abrigadas nas casas sob gestão do SJMR, Casa Alberto Hurtado e Casa do Migrante (ACNUR, 2019). As Casas de Passagens, como o nome indica, são moradias temporárias para os imigrantes interiorizados. São definidas pela Casa Civil como:

(...) parte da Estratégia de Interiorização do Governo Federal e são gerenciadas pela sociedade civil. Elas foram criadas para receber e apoiar os venezuelanos por alguns dias, sendo um ponto de apoio intermediário entre o desembarque em Boa Vista ou Manaus e o local de destino final das pessoas refugiadas ou migrantes (CASA CIVIL BRASILEIRA, 2022).

O ACNUR destaca a atuação do SJMR na coordenação de ações para estabelecer uma rede de apoio social às pessoas migrantes e refugiadas, que envolve desde a arrecadação de recursos, até a gestão das casas e o auxílio para a integração

socioambiental e socioeconômica dessas pessoas. A rede de parceiros engloba entidades como ACNUR, Cáritas MG, PUC Minas, CEFET, Coletivo de Mulheres Migrantes Cio da Terra, Instituto Félix Guattari, Defensoria Pública, ONG Providence, Casa Chico do Vale, voluntários e venezuelanos já residentes no país (ACNUR, 2019).

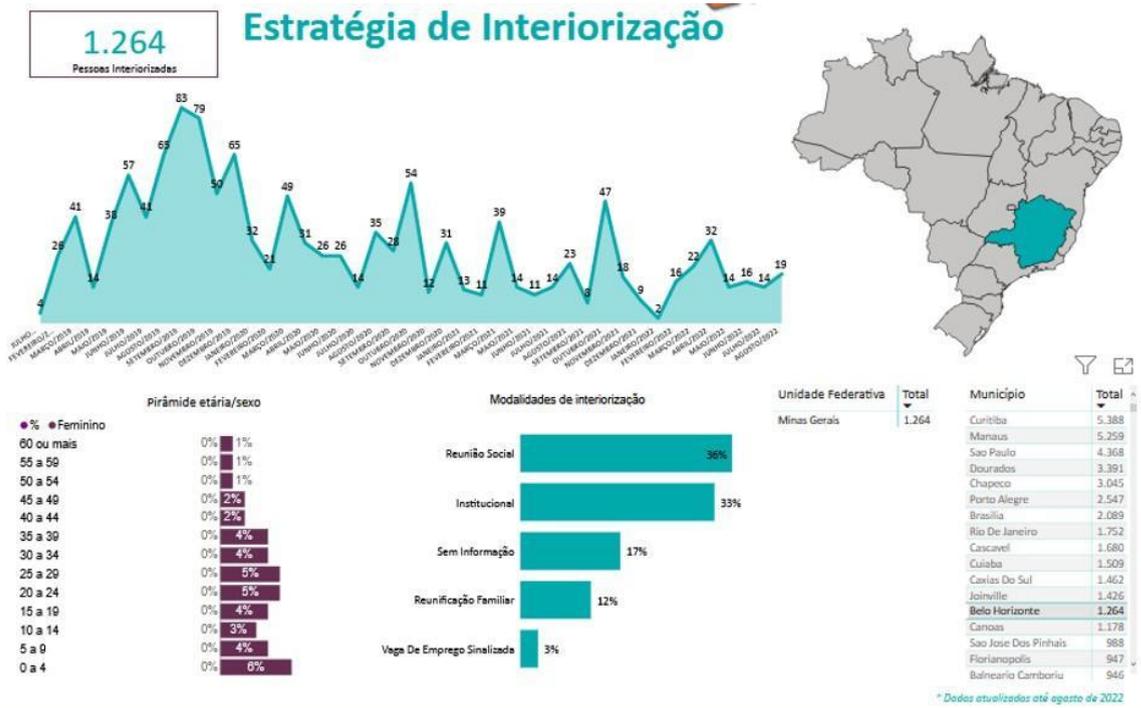
5 ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA DE ACOLHIMENTO EM BELO HORIZONTE

5.1 A Atuação da PBH

A capital do Estado de Minas, Belo Horizonte, recorte espacial desta pesquisa, é uma metrópole localizada na área central do estado, circundada por extensa malha rodoviária. Com um território de 331,354 km² e população estimada em aproximadamente 2.530.000 pessoas, a cidade é considerada uma das mais populosas do país. Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano no município era de 0,810, e o PIB Per Capita de R\$38.695,31. A escolarização de jovens, entre 06 e 14 anos, alcançou 97,6% no mesmo período. A rede de esgotamento sanitário adequada alcançava 96% dos domicílios no mesmo período. Em 2020, a rede de atendimento hospitalar contava com 328 estabelecimentos integrados ao Sistema Único de Saúde – SUS. Em relação à categoria do trabalho, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE estima que em 2020 a taxa de ocupação da população belo-horizontina era de 56,9%, com uma renda média mensal de 3.4 salários mínimos (IBGE, 2022).

Nos últimos anos, a presença de imigrantes venezuelanos em Belo Horizonte tem sido amplamente veiculada na imprensa local, embora, pudesse ser notada pelos habitantes pela simples observação durante seu trânsito pelas ruas. Os gráficos apresentados abaixo, disponibilizados pela Plataforma R4V, indicam que Belo Horizonte recebeu entre julho de 2018 e agosto de 2022, 1264 pessoas venezuelanas interiorizadas, inseridas nas modalidades de Reunião Social - 36%; Institucional – 33%; Reunião familiar – 12%; e por motivação não informada – 17%. Apenas 3% das interiorizações motivaram-se por vaga de emprego sinalizada (Plataforma R4V, 2022).

Figura 3 - Perfil das pessoas venezuelanas interiorizadas em Belo Horizonte em 2022.



Fonte: Adaptado da Plataforma Regional de Coordenação Interagencial R4V, acesso em 27 set 2022

Ao abordarem a questão do acolhimento e integração dos imigrantes venezuelanos em Belo Horizonte, Miranda e Bronzo (2021) ampliam a discussão para a governança federal e estadual e reforçam as lacunas das políticas públicas implementadas no município. Esclarecem que, aos moldes das esferas superiores,

A política municipal de Belo Horizonte voltada ao público migrante vulnerável e refugiado não avançou nos últimos anos. A política não faz distinção entre o público migrante, de forma que não consegue definir ações específicas de atendimento aos grupos oriundos de outros países (MIRANDA & BRONZO, 2021).

As autoras defendem que os municípios são os entes que efetivamente operacionalizam os atendimentos aos imigrantes. Sendo assim, deveriam receber subsídios e instrumentos de políticas nacionais e estaduais para estabelecer ações mais amplas e efetivas frente às demandas locais. Contudo, essa não é a linha integrativa adotada. O que se observa é uma atuação setORIZADA, de isenção e delegação da responsabilidade do atendimento para as esferas subnacionais (MIRANDA & BRONZO, 2021). Dessa maneira, as respostas dos municípios no acolhimento e integração das pessoas migrantes e refugiadas é comprometida pela falta de alinhamento e respaldo político e financeiro de esferas superiores.

Em entrevista concedida à Rádio Itatiaia, em novembro de 2021, o subsecretário de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte, Thiago Alves, confirmou a insuficiência do repasse federal, que foi de R\$240 mil naquele ano, para atendimento aos imigrantes venezuelanos no município. Segundo o subsecretário, somente a parceria com o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados, para manutenção de abrigo destinado a essa finalidade, representaria um gasto de R\$1,7 milhão, tornando irrisória a contribuição federal. Em relação ao repasse estadual, Thiago Alves alegou que o município não recebeu nenhum tipo de financiamento do governo mineiro (ITATIAIA, 2021).

O atendimento socioassistencial aos imigrantes é gerenciado por uma das unidades do órgão executivo municipal, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), responsável pela promoção e execução de ações e políticas públicas voltadas para a proteção social, a redução das desigualdades e a universalização dos direitos da população do município (PBH, 2022)

A SMASC possui uma unidade de atendimento presencial aos imigrantes denominada *Serviço de Atenção ao Migrante*, que funciona no centro da capital mineira, à Av. Santos Dumont 363, em local bastante acessível às pessoas que chegam na cidade por meio rodoviário. A função principal da unidade é prestar assistência social à migrantes nacionais e estrangeiros, que se encontram no município de Belo Horizonte em situação de vulnerabilidade social, e que buscam apoio assistencial para retornarem a seus municípios de origem, ou no caso de estrangeiros, para se deslocarem a outras cidades do país:

A Atenção ao Migrante é oferecida a famílias e indivíduos que estejam vivenciando situação de migração no município de Belo Horizonte. O objetivo do serviço é evitar o agravamento da situação de migração e a consequente permanência dos indivíduos e das famílias nas ruas. São oferecidas escuta qualificada, orientações, realização de encaminhamentos para a rede socioassistencial, além da concessão do benefício passagem intermunicipal e interestadual, dentre outras atividades (PBH, 2022).

A pessoa entrevistada do órgão executivo municipal explica que o setor funciona por acesso espontâneo do usuário e o serviço é oferecido a migrantes nacionais e estrangeiros sem distinção. A unidade conta com pessoal especializado em atendimento e assistência social. Ao serem atendidos os imigrantes são ouvidos

por profissionais da equipe e têm suas demandas analisadas e encaminhadas de acordo com suas necessidades. Eles são orientados, encaminhados para abrigos municipais e, ou, para o serviço de concessão de passagens rodoviárias para retorno aos municípios de origem - quando brasileiros, ou para outras localidades - no caso de estrangeiros. Após a análise técnica, sendo o benefício autorizado, é emitido um voucher para o deslocamento até o destino pleiteado. Por se tratar de um benefício assistencial, esse não é um serviço contínuo. É considerado como uma concessão especial, em geral única, em atenção à situação de vulnerabilidade a que estão expostos os solicitantes que não conseguem ocupação e, ou moradia na cidade (Pessoa Entrevistada do Órgão Executivo Municipal, 2022).

A pessoa entrevistada informa, ainda, que a solicitação de passagens rodoviárias por imigrantes estrangeiros, notadamente os venezuelanos, têm sido bastante frequente nos últimos anos. O serviço obedece ao mesmo processo destinado aos nacionais, diferindo-se em algumas particularidades, a exemplo das dificuldades encontradas na comunicação, devido à língua nativa dos solicitantes. Não foi informado pela pessoa entrevistada sobre a alternativa do atendimento a imigrantes estrangeiros ser oferecido em outras línguas, além do português. Foi informado que, em geral, os imigrantes estrangeiros optam por destinos onde irão se encontrar com outros conterrâneos ou familiares que já estejam assentados no país, ou por localidades onde haja maior possibilidade de arranjar trabalho. Segundo a pessoa entrevistada, os imigrantes venezuelanos são bastante esclarecidos quanto aos seus direitos, sendo usual a troca de informações em redes de apoio com outros conterrâneos, que se comunicam através da internet, via celulares. Tais redes virtuais veiculam informações sobre as condições de acolhimento e atenção especializada dispensadas aos imigrantes nas mais diversas localidades, promovendo, dessa maneira, a escolha dos destinos para o deslocamento. Cita, ainda, que muitas vezes grupos de imigrantes venezuelanos, que não conseguem se estabelecer na cidade, postam-se nos sinais de trânsito pedindo ajuda para seu sustento pessoal. As contribuições recebidas são poupadas e destinadas a custear o deslocamento conjunto para outras localidades. Exemplifica a situação com um episódio ocorrido no mês de março de 2022, quando um grupo de aproximadamente 75 venezuelanos, composto de adultos, crianças e idosos desembarcou na Praça da Estação, em Belo Horizonte, viajando com meios próprios. Entidades de assistência social e humanitária foram acionadas e o grupo encaminhado ao Serviço de Atenção ao Imigrante. O grupo

possuía informações sobre a concessão de moradias temporárias em uma cidade do nordeste brasileiro, e então, por solicitação dos mesmos, foram concedidas as passagens rodoviárias para o deslocamento até aquele município (Pessoa Entrevistada do Órgão Executivo Municipal, 2022).

A pessoa entrevistada alega que o serviço de concessão de passagens para o deslocamento dos imigrantes para outra localidade, pretende evitar o agravamento das consequências da vulnerabilidade social a que estão expostos na capital. Porém, é importante ressaltar que possivelmente, a promoção da partida dos imigrantes para outra localidade, mesmo que a pedido do mesmo, reflete um caráter higienista de afastamento do *problema* que representa o imigrante na cidade.

Além do serviço de concessão de passagens, os abrigos municipais em Belo Horizonte são, também, operacionalizados pela SMASAC. Tratam-se de Unidades de Acolhimento Institucional, voltadas para o “atendimento integral que garanta condições de estadia, convívio e endereço de referência para acolher pessoas em situação de rua, migração e/ou vindas de áreas de risco geológico” (PBH, 2022). As unidades inserem-se em diversas modalidades e estão distribuídas em vários endereços na cidade, conforme descrição a seguir:

a) Casa de Passagem:

Albergue Tia Branca - Rua Conselheiro Rocha, 351, Floresta;

Albergue Tia Branca - Rua Timbiras, 2670, Funcionários;

Abrigo São Paulo - Rua Elétron, 100, Primeiro de Maio.

b) Acolhimento Institucional de Famílias:

Abrigo Pompéia - Rua Coronel Otávio Diniz, 29, Pompéia;

Abrigo Granja de Freitas - Rua Diniz Dias, 145, Granja de Freitas;

Abrigo Vila Pinho - Rua Coletora, nº 916, Vila Pinho;

Acolhimento Emergencial e Provisório - Av. Cel. José Dias Bicalho, 1164, São Luiz.

c) Acolhimento Institucional de Adultos:

Abrigo Maria Maria - Rua Ubá, 01, Colégio Batista;

Abrigo Reviver - Av. Amazonas, 5801, Gameleira;

Abrigo Fábio Alves dos Santos - Av. Nossa Senhora de Fátima, 3076, Carlos Prates;

Abrigo Anita Gomes dos Santos I e II - Av. Paraná, 109, Centro;

Unidade de Acolhimento Institucional para Mulheres - Rua Argentina, 39,

Copacabana;

Unidade Gestantes e Puérperas - Rua Canoas, 575, Betânia.

d) Unidades de Acolhimento de Adolescentes em Trajetória de Vida nas Ruas:

Casa Esperança III - Av. Imperial, 3849, São Salvador

Casa Travessia - Rua Francisca Leão Correa, 185, Bairro União;

Casa Bem Te Vi - sem endereço informado;

Casa Francisca De Paula De Jesus III - Rua Professor Milton Lage, 25, Nova Esperança.

e) Unidade de Pós-alta:

Unidade de Pós-Alta - Rua Além Paraíba, 181, Lagoinha.

f) Unidade de Acolhimento Emergencial e Provisório COVID-19: sem endereço informado (PBH, 2022).

Em outubro de 2021, a Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais DPDH, da Defensoria Pública de Minas Gerais - DPMG, recebeu denúncias sobre o abrigo inadequado de 74 imigrantes venezuelanos da etnia Warao, no Abrigo Municipal São Paulo. De acordo com a defensora Rachel Passos, verificou-se o desrespeito à legislação vigente e uma “verdadeira violação dos direitos” dessa população, devido à inadequação da estrutura e da manutenção do abrigo para acolhimento de famílias, principalmente de povos tradicionais (DPMG, 2021). A inadequação dos abrigos municipais para o atendimento aos imigrantes venezuelanos foi traduzida por episódios, publicados na imprensa, sobre incorreções e exposição a condições de vulnerabilidades e riscos, a exemplo da denúncia feita pela presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Andréia de Jesus, em novembro de 2021, quando em visita ao abrigo São Paulo, constatou as condições precárias em que estavam alojados os indígenas venezuelanos (ALMG, 2021).

Como forma de traçar um perfil analítico capaz de informar e fortalecer as capacidades de governanças migratórias municipais, a Organização Internacional para as Migrações – OIM e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, criaram a Plataforma Migra-Cidades. Os relatórios produzidos baseiam-se em informações dos órgãos gestores municipais e abrangem dez dimensões de governança sobre as políticas migratórias locais e o acesso à direitos pela população imigrante. O Relatório de 2021, referente ao município de Belo Horizonte, aponta práticas desenvolvidas em dez dimensões. O município alegou realizar ações em seis

delas, a saber: 1) Assistência e Proteção Social: acesso à segurança alimentar, por meio do Programa de Assistência Alimentar e Nutricional Emergencial (PAAN) e dos restaurantes populares, e acesso aos serviços de atenção e acolhimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); 2) Educação: acesso à cursos de língua portuguesa através do Centro de Línguas, Linguagens, Inovação e Criatividades; acesso facilitado pelo cadastro no sistema de matrícula para alunos do ensino fundamental e médio; 3) Serviços de Proteção de Gênero e Igualdade Racial: criação da Rede de Migrantes para enfrentamento à xenofobia e ao racismo, por meio do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial; 4) Capacitação e sensibilização de servidores sobre os direitos dos imigrantes: reportou-se a participação de 200 servidores em eventos promovidos com essa finalidade, em parceria com a ACNUR, OIM e Ministério da Cidadania (MCiD); 5) Acesso à saúde e serviços de atenção primária: realizado através do cadastro para o cartão do SUS e da rede municipal de atendimento; 6) Parcerias Institucionais: foram apontadas parcerias entre as Organizações da Sociedade Civil, SJMR, PUC-MINAS, ACNUR, e OIM (MIGRACIDADES, 2021).

Em outras quatro dimensões abordadas, o executivo municipal informou não ter implementados ações efetivas de desenvolvimento. São elas: 7) Estrutura Institucional: o executivo municipal admitiu não possuir uma estratégia de acolhimento e integração para os imigrantes. Apontou a necessidade de articulação com setores públicos e civis para adequação dessa demanda ao planejamento plurianual; 8) Transparência e informação: as informações sobre serviços e direitos estão disponibilizadas e acessíveis, porém somente na língua portuguesa; 9) Participação cultural e social de imigrantes, além da representação em conselhos e órgãos representativos locais. Não foram contempladas ações nessa área, apenas projeções futuras; 10) Mercado de trabalho: o executivo não indicou medidas efetivas de fomento nessa área, apenas apontou projeções futuras (MIGRACIDADES, 2021).

Embora a resposta municipal no acolhimento e integração às pessoas migrantes e refugiadas represente um desafio para o órgão executivo, observa-se que, em certa medida, foram empreendidos esforços no sentido de providências emergenciais para as demandas socioassistenciais e de abrigamento nos equipamentos municipais e por meio da parceria com SJMR, anteriormente citada e que será tratada mais adiante. Outras iniciativas, como a capacitação técnica de servidores para tratativas com a população migrante, também podem ser verificadas

no site do órgão, cabe destacar que não foram informadas iniciativas de treinamento e capacitação pela pessoa entrevistada. Observa-se uma falha importante no acesso à informação referente aos serviços municipais, que poderia ser sanada com baixo investimento, considerando que a exclusividade de uso do português promove a exclusão daqueles que não dominam a língua. No geral, através do relatório auto-informativo apresentado pela plataforma MIGRACIDADES, há o reconhecimento de processos facilitadores para acesso aos serviços de educação e saúde pelos imigrantes no município, considerando-se o caráter universalizado destes no país. Com base nas informações do mesmo relatório, a administração municipal admite que faltam iniciativas mais contundentes para o acolhimento adequado dos imigrantes; o combate à xenofobia e à violência; a integração cultural socioambiental e laboral; e as parcerias institucionais, para a construção e promoção de políticas públicas migratórias mais assertivas.

5.2 Atuação das OSCs

5.2.1 Serviço jesuíta a Migrantes e refugiados (SJMR)

O SJMR é uma instituição internacional da Companhia de Jesus, especializada em ações de apoio à migração, deslocamento forçado e refúgio. Em parceria com estruturas governamentais e através do Projeto Acolhe Brasil, concretiza a interiorização de pessoas refugiadas provenientes da Venezuela (MENDES & FERNANDES, 2020). A missão do projeto é proteger a dignidade e os direitos de imigrantes e refugiados e acompanhar seus processos de inclusão e autonomia. Suas ações incidem sobre temas como Acolhimento; Acompanhamento sócio familiar e psicológico; Assistência Jurídica; Assistência Social; Curso de Idiomas e Cultura Brasileira; Formação e Capacitação Profissional; Inserção Laboral; Programas de Interiorização; Programas de Reassentamento; Atividades Pastorais; Projetos Sociais; Promoção Comunitária; Registro e Regularização Migratória. Em Minas Gerais, o projeto recebe o nome de *Acolhe Minas* e é coordenado também pelo SJMR (SJMR, 2022).

De acordo com a pessoa entrevistada, a obra dos padres jesuítas, voltada ao trabalho com imigrantes e refugiados, iniciou-se a partir de uma ação de reassentamento no Rio Grande do Sul, em parceria com a ACNUR, com famílias e

peessoas sob grave ameaça de direitos humanos. O programa internacional era baseado em aspectos de sigilo e defesa de direitos humanos e outros componentes e constituía um sistema de proteção aos refugiados. Destinava as pessoas sob ameaça para outros lugares no Brasil, via escritório de Porto Alegre. Em Belo Horizonte, o SJMR atua há 09 anos, sendo o primeiro serviço de atendimento de portas abertas da Companhia de Jesus no Brasil. O serviço começou em uma pequena sala para articular cursos de língua portuguesa para haitianos, deslocados após o terremoto de 2010 e 2014, e por questões políticas do Haiti. O trabalho com os imigrantes e refugiados haitianos na Região Metropolitana de Belo Horizonte era operacionalizado com apoio de voluntários.

Desde então, os serviços especializaram-se e as equipes ampliaram-se com o apoio da Companhia de Jesus e da Congregação das Filhas de Jesus, cujo investimento financeiro mantém o serviço de portas abertas. A equipe financiada pelas congregações compõe-se de 7 a 9 pessoas. A pessoa entrevistada considera que, também as demandas se ampliaram cada vez mais, não pelo aumento populacional, mas pelas múltiplas necessidades das pessoas. Segundo a pessoa entrevistada: “O apoio humanitário não se refere apenas a um lugar para dormir e às condições de manter a alimentação. Envolve os elementos da xenofobia; da violência contra a mulher – por parceiros imigrantes ou refugiados, ou por novos relacionamentos na sociedade de acolhida; as relações de violência e exploração no mundo do trabalho; e isso requer mais serviço especializado e menos atendimento e promoção humanitária. ” Nesse sentido, o Serviço Jesuíta funciona como um canal para promover e facilitar a interlocução com o serviço público e diante das demandas, ajudar a sanar, mitigar e garantir direitos para os imigrantes e refugiados em extrema vulnerabilidade. A pessoa entrevistada esclarece que atualmente o SJMR faz um trabalho altamente especializado e sempre no horizonte da política pública, amparado pela nova Lei de Migração, que garante direitos iguais aos nacionais para os imigrantes e refugiados.

O SJMR atende ao público espontâneo na sede. Em 2020 atenderam 49 nacionalidades, ano passado foram 37. Está organizado em 3 a 5 áreas de ação e incidência:

a) O Eixo Político, dedica-se ao acompanhamento da construção do I Plano Estadual de Políticas para Refugiados, Migrantes e Apátridas de Minas Gerais. Desde 2021, o SJMR atua ativamente em ações para promoção de conferências livres e

articuladas com os imigrantes; para apoio ao Projeto de Lei que está tramitando na Assembleia de Minas Gerais, para estabelecimento do marco estadual voltado para migração; e nos comitês de municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em relação aos referidos comitês, a pessoa entrevistada explica que os municípios envolvidos pretendem discutir e pensar leis municipais em articulação com o marco legal e promover pautas para sensibilização de suas comunidades em torno da imigração e do refúgio.

b) O Eixo da Proteção, voltado especialmente para o campo da regularização documental, proteção jurídica, ou questões de documentação internacional e de reunião familiar: o SJMR presta assessoria em casos em que os imigrantes envolvidos em delitos demandam acompanhamento, buscando acionar os vários serviços do judiciário que possam promover proteção e garantir um processo justo de verificação; e em audiências jurídicas onde há necessidade de realização de traduções. Nesse ponto, a pessoa entrevistada aponta que a equipe multilinguística da organização apoia a interlocução com os órgãos envolvidos e realiza serviços de tradução que não estão disponíveis nos setores públicos do judiciário.

c) O Eixo integração social, destinado a promover a integração social a partir dos vários elementos de acesso a benefícios eventuais ou de governo: como o CRASS (Centro de Referência em Assistência Social), CREAS, os Centros Especializados em Saúde Mental, os múltiplos equipamentos e centros de convivência e fortalecimento das redes locais da sociedade civil. A pessoa entrevistada cita a importância do processo de integração social nesses espaços, e os traduz como lugares, "onde vão se constituindo esses novos territórios das presenças das pessoas migrantes e refugiadas" (Pessoa entrevistada do SJMR, 2022).

A pessoa entrevistada acrescenta que, atualmente, na capital e região metropolitana identifica-se a constituição de territórios de mobilidade dos imigrantes venezuelanos. Tal realidade requer ações que favoreçam a integração, através de processos de capacitação para formulação de conteúdos e informações, com servidores públicos, escolas e comunidades religiosas de diferentes grupos, não somente os católicos. Assim, considera que o assessoramento prestado pelo SJMR é importante para que as pessoas que trabalham na linha de frente na prestação de serviços públicos, ou outras atividades, tenham mais conhecimento e segurança sobre os direitos dos imigrantes. Esse conhecimento facilita, por exemplo, reconhecer ou diferenciar entre um documento de imigrante, e um de refugiado, ou uma solicitação

de residência permanente, ou outra de residência temporária.

A pessoa entrevistada conta que o SJMR esteve com os servidores da segurança pública, em vários níveis, para apresentar os diversos tipos de documentos que envolvem os refugiados. Reforça a importância da identificação e reconhecimento dos documentos oficiais expedidos pelo governo brasileiro, através da Polícia Federal, pela comunidade de acolhida, pela rede de segurança pública, e pelos diversos profissionais envolvidos nas ações de integração.

d) O Eixo da formação, voltado também ao reconhecimento de diplomas, destina-se a promover uma melhor integração e inclusão de crianças e adultos nas escolas. A pessoa entrevistada opina que muitos desafios precisam ser discutidos: “recentemente um refugiado passou no vestibular da UFMG e foi uma dificuldade para garantir a matrícula e depois, identificamos mais 4 casos” (Pessoa entrevistada do SJMR, 2022). Relata que foi realizado um caminho via Defensoria Pública da União para garantir a interlocução com a universidade, pensar prazos e condições legais para efetivar o acesso.

e) A área de Meios de Vida, atua na integração socioeconômica, para elaboração de currículos, preparo das pessoas para entrevistas de emprego, diálogo com empresas e discussões sobre a proteção no mundo do trabalho. Nessa dimensão o SJMR realiza o acompanhamento da contratação e do período de efetivação. Caso haja desligamento, a organização promove o acompanhamento do processo de desligamento. A pessoa entrevistada afirma que: “são múltiplos processos, não é só você estar empregado, e te vira! Exige muito de nossa equipe, múltiplos envolvimento e atenções para garantir um serviço, um equipamento de escuta mais atenta, sensível, que mesmo com nossas capacidades humanas e orçamentárias, a gente vai se desdobrando, o melhor possível, para a integração e o acesso aos direitos” (Pessoa Entrevistada da SJMR, 2022).

f) A área pastoral, promove a interlocução com a igreja católica em Belo Horizonte e Minas Gerais, para pensar como os imigrantes podem constituir novas redes de afetos, solidariedade e proteção. São oferecidos serviços de escuta e promoção religiosa no campo da espiritualidade. A pessoa entrevistada opina que o serviço propicia que muitos atendidos consigam “resiliência para as intempéries, problemas, dores e mazelas do que é uma migração forçada”. Considera que a dimensão pastoral é importante, pois, a maioria das pessoas encontra na religiosidade cristã uma resiliência possível, que se efetiva sem culpa, sem repressão.

g) O outro eixo de atuação, que vem acontecendo desde julho de 2021, é a acolhida de imigrantes indígenas da etnia Warao na Vila Alberto Hurtado, no bairro Santa Amélia em Belo Horizonte. A pessoa entrevistada esclarece que o equipamento era anteriormente destinado à interiorização de pessoas venezuelanas não indígenas, através do programa do Governo Federal com as agências da ONU. Porém, devido à demanda com os Warao, esse tipo de atendimento foi paralisado e viabilizada uma parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), por um período de 12 meses. A pessoa entrevistada esclarece que devido à urgência e especificidade da demanda, houve a dispensa de chamamento por edital. O repasse orçamentário foi possível por meio da vinculação a uma parceria anteriormente estabelecida entre a PBH e a Cáritas. Sendo assim, devido aos recursos destinados pela parceria, os Warao estão há um ano no equipamento da Vila Alberto Hurtado, e o SJMR permanece com o desafio de pensar na reintegração dos atendidos.

A pessoa entrevistada ressalta que o SJMR faz um esforço para que o atendimento dos Warao não seja uma caracterização plena do acolhimento, no âmbito das orientações da Política Nacional de Assistência Social, que traz o Instituto do Acolhimento. A organização busca atender as necessidades de integração dos Warao, mas consoante com o atendimento, encoraja a adaptação e inclusão dos imigrantes no território da cidade, para que alcancem maior autonomia. A intenção é que o grupo possa ser assentado em casas adequadas para sua cultura e modo de vida, através do acesso ao benefício de Locação Social provido pela PBH². A parceria com a PBH prevê a destinação de orçamento para aquisição dos equipamentos mínimos necessários à montagem das casas, de acordo com a cultura dos Warao. Informa que duas famílias já estão vivendo na cidade de forma mais autônoma, embora com todo acompanhamento do SJMR, em casas alugadas e montadas por meio dos benefícios citados. Para a pessoa entrevistada, o desafio nessa integração de indígenas no espaço urbano é atingir uma transculturação sensível e étnico-afirmativa. Considera ainda que, diante da ausência de um serviço dessa especificidade no campo público

² O Programa de Locação Social, conhecido como aluguel social, faz parte da Política Municipal de Habitação (PMH), da Prefeitura de Belo Horizonte. É destinado a suprir o déficit habitacional na capital mineira, por meio do subsídio para locação de unidades habitacionais para famílias de baixa renda, de acordo com suas capacidades de pagamento. Os imóveis alugados atendem a critérios relacionados ao arranjo familiar, habitabilidade, segurança e localização (PBH, 2022).

do município e do país, a demanda foi uma forma da prefeitura olhar para aquele grupo, naquele momento de extrema vulnerabilidade. O grupo em questão é composto por 18 famílias, em torno de 90 a 96 pessoas.

A pessoa entrevistada informa que hoje, em função da demanda com imigrantes venezuelanos, há 20 a 22 pessoas trabalhando no escritório central e na Vila Alberto Hurtado, destinadas ao atendimento das múltiplas nacionalidades e demandas de soluções duradouras. Como principais desafios lista os aspectos linguísticos e de organização interna das comunidades indígenas, face às relações de poder, às fases e etapas da vida, aos direitos das adolescentes, das crianças e das mulheres. Explica que a equipe tem obtido algum resultado, sendo o mais complexo e ousado desafio a *reterritorialização* dessas pessoas. Cita que há um bairro na cidade (sem revelar qual) onde elas estão formando novas redes, refazendo outras experiências. Outro desafio para o SJMR, na promoção da integração socioambiental dos Warao, é operar a estratégia de não oferecer ou concentrar serviços no equipamento de acolhida. Para todas as demandas, a exemplo das aulas de português, acesso aos serviços de saúde, atividades de convivência, é preciso que as pessoas saiam e desfrutem da integração com o lugar e a comunidade.

Uma importante dimensão ressaltada pela pessoa entrevistada é a questão cultural: esclarece que é bastante difícil pensar estratégias de inserção laboral, pois os Warao adotam uma dinâmica e temporalidade muito peculiares de trabalho e adequá-las aos padrões do mercado urbano é desafiador. Lembra que os Warao têm como prática para sobrevivência fazer a coleta de dinheiro nos sinais de trânsito. Reforça o desafio diante da especialidade do atendimento e da limitação dos recursos humanos e financeiros, uma vez que a parceria com a PBH não se estende a todos os imigrantes e a todas as necessidades, mas somente ao grupo atendido atualmente. O SJMR não tem parcerias com as prefeituras da Região Metropolitana de Belo Horizonte e conta somente com recursos financeiros das Companhias de Jesus e das Irmãs de Jesus para atenção qualificada aos outros imigrantes nessas cidades. Contudo, explica que a organização estabelece obras de interface, com as quais dialoga para ampliar a capacidade de oferecer serviços: Colégio Loyola, Escola Superior Dom Helder Câmara, Faculdade Jesuíta, equipamento de convivência de Santa Luzia, paróquias municipais, ONU, PUC MINAS. Através dessas instituições são oferecidos serviços como o ensino de português e a formação de grupos multiculturais de aprendizagem e redes de proteção e convivência, para a construção

de vínculos. Outra parceria ativa é com a Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria, que possuem um equipamento reformado para ações de interiorização, mas que precisa de adequações para atender os indígenas.

A pessoa entrevistada enfatiza que Belo Horizonte necessita de um equipamento especializado para acolhida de imigrantes e refugiados que estão de passagem e os que buscam integração na cidade. Acredita que, pela vanguarda da política de assistência social que o município exerce no país, seria excelente uma ação coordenada com outras entidades para se pensar o que é importante para o acolhimento. Alega que na cidade há equipes de bases técnicas, normas, para acolher população de rua, idosos, crianças, contudo esses componentes são para públicos específicos, portanto, inadequados para atender imigrantes e refugiados e garantir o melhor acolhimento. Relata ainda, sem revelar detalhes, que no ano passado um grupo de indígenas foi acolhido no Abrigo Municipal São Paulo, mas o local não possuía infraestrutura adequada para recebê-los. Conta que foram feitas adequações, mas sem um orçamento previsto, a ação atendeu à urgência. Porém percebeu-se uma responsabilidade da equipe técnica da PBH no sentido de promover a interlocução entre o órgão, a sociedade civil e o poder judiciário, em função de um orçamento para a demanda.

De acordo com a pessoa entrevistada, falta ainda uma transparência na informação sobre os serviços disponíveis aos imigrantes e a PBH tem se organizado nesse sentido, construindo um caminho para o acesso. Com relação às outras OSCs explica que elas fazem acolhida, mas não o serviço especializado, que envolve muitos aspectos, como o tráfico de pessoas, violência contra a mulher, tráfico para prostituição e exploração do trabalho. Alega que não há recursos para aumentar a oferta de serviços essenciais, assim os serviços são oferecidos dentro das capacidades de cada organização (Pessoa Entrevistada SJMR, 2022).

5.2.2 Casa de Apoio Chico do Vale

A Casa de Apoio Chico do Vale é uma organização filantrópica e sem fins lucrativos. Funciona desde 2014, por iniciativa de sua diretora e fundadora, abrigando pacientes oncológicos e transplantados e também, refugiados. A casa oferece estadia, alimentação balanceada, transporte, cuidados médicos e dinâmicas educativas aos acolhidos. Sua manutenção é realizada através de doações e da colaboração de voluntários e parceiros (CASA CHICO DO VALE, 2022).

A pessoa entrevistada da Casa de Apoio Chico do Vale, que atua na instituição desde sua fundação, explicou que a casa não recebe nenhum tipo de apoio do poder público. Até 2015, acolhia somente brasileiros, porém, ao longo do desenvolvimento dos trabalhos foram agregados outros atendimentos, como a imigrantes africanos e haitianos em tratamento de enfermidades que procuravam a casa em busca de acolhida. Em 2018, por convite de um colaborador da Pastoral Universitária atuante na Operação Acolhida em Roraima, a casa iniciou o acolhimento de pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas interiorizadas para o estado de Minas Gerais, com recursos próprios. O primeiro atendimento a pessoas refugiadas de origem venezuelana foi em dezembro de 2018, com a recepção de uma família – pai, mãe e duas filhas e, na data da entrevista, a casa hospedava 09 pessoas.

Os trabalhos desenvolvidos com as pessoas refugiadas consistem na recepção; hospedagem; promoção de ações de interação e integração; articulação com empresas para encaminhamento para o mercado de trabalho; arrecadação e doação de móveis e utensílios para montagem de moradia; e acompanhamento posterior temporário. O tempo de permanência das pessoas refugiadas na casa é de até três meses, porém, a pessoa entrevistada esclarece que, normalmente, no intervalo de um a dois meses e meio os atendidos conseguem uma colocação no mercado de trabalho, por intermédio da instituição. Nos casos de Interiorizações motivadas pelas modalidades de Reunião *Familiar* ou Social, as pessoas refugiadas são recebidas e conduzidas para a casa de algum familiar que resida no estado, ou para a casa de amigos que concordem em hospedá-las.

De acordo com a pessoa entrevistada, a organização possui dois endereços: uma casa cedida por terceiros no bairro Ouro Preto, que embora possua excelente infraestrutura para acolhida, encontra-se desativada para esse fim - atualmente o local sedia somente o setor comercial da instituição, uma vez que sua devolução foi solicitada pelos cedentes; e outro imóvel no bairro Santa Efigênia, cedido em comodato por 30 anos, onde funciona a acolhida atualmente - possui 05 quartos grandes para hospedagem, porém necessita de obras de adequação e ampliação, que serão realizadas através de recursos doados por uma instituição alemã, cujo nome não foi revelado.

A pessoa entrevistada conta que até 2019 o exército trazia dois ônibus com aproximadamente quarenta pessoas refugiadas até a casa, mas, depois da flexibilização pós-pandemia, na maioria das vezes, é necessário buscá-los no

aeroporto. Ao chegarem são acomodadas em quartos masculinos e femininos. Em geral, é preciso providenciar o fornecimento de itens de primeira necessidade: “Muitas vezes as pessoas não têm nada, nem roupas íntimas, temos que fazer campanha para arrecadar” (Pessoa entrevistada Casa Chico do Vale, 2022). A rotina estabelecida envolve acordar até 6h30m, tomar café, fazer as funções, almoçar, lanche e jantar. A noite é realizado um encontro onde acontecem depoimentos, orações, contação de histórias de vida, e outras atividades de integração. As pessoas refugiadas que não estão trabalhando contribuem com os funcionários na limpeza e conservação da casa e no acompanhamento das tarefas escolares das crianças.

Para angariar recursos, a organização administra um Topa-tudo e realiza campanhas de arrecadação junto à comunidade civil, uma vez que não recebe ajuda governamental de nenhuma esfera. O Topa-Tudo promove um bazar às quintas, sextas e sábados, que atrai compradores de várias regiões próximas e onde são vendidos itens de necessidade, recebidos em doação e a baixo custo, como, móveis, eletrodomésticos, roupas, calçados, bijuterias, cosméticos. É através desse comércio que são viabilizados recursos de manutenção e os itens necessários para a montagem das casas para as pessoas refugiadas. Além dessas doações, a comunidade civil contribui com os itens da cesta básica. A casa conta com a contribuição de padrinhos que arcam com as despesas de consumo de água e energia. A pessoa entrevistada explica que articula parcerias com outros projetos sociais, a exemplo da Casa do Caminho, da Aliança da Misericórdia e da Casa Espírita Albinos. Porém, afirma que muitas organizações fecharam em razão da pandemia ou pelas dificuldades inerentes ao trabalho socioassistencial.

A equipe de apoio que trabalha nas duas casas compõe-se de motorista, secretária, atendente do bazar e do Topa-Tudo, auxiliar do Topa-Tudo e cozinheira. A organização conta, ainda, com a ajuda de 20 voluntários. Entre eles há terapeutas, médicos, assistentes sociais, que atendem gratuitamente e são também responsáveis por atividades de lazer (passeios a cidades próximas, ao Mineirão...), e de interação, como terapia do bordado, trabalhos manuais, momentos de lazer, cursos de línguas, curso de teologia, aulas de cultura em geral. Há uma preocupação da instituição em ensinar sobre a geografia, a cultura, a língua e os costumes brasileiros para ajudar na integração socioambiental das pessoas assistidas. Eventualmente a Casa promove reuniões e encontros entre a comunidade envolvida e os antigos acolhidos, como almoços aos domingos. O Dia do Convívio, por exemplo, é um evento mensal

realizado pela organização, em que as pessoas refugiadas escolhem e fazem o prato típico que será servido no almoço. Nesses encontros, segundo a pessoa entrevistada, acontece muita troca cultural e social. Relata que as crianças em idade escolar são encaminhadas à escola e todos, inclusive as pessoas refugiadas, ajudam no acompanhamento de suas atividades, principalmente, porque há casos de crianças que vêm acompanhadas por parentes que não os pais.

Como apoio à integração socioeconômica, a casa promove a articulação com empresas para encaminhamento das pessoas refugiadas para o mercado de trabalho. “A casa virou um ponto de referência para as empresas, as empresas nos pedem para encaminhar” (Pessoa entrevistada Casa Chico do Vale, 2022). É feito um levantamento prévio sobre as condições, acomodações e locais de trabalho, salários, contratos de trabalho e referências dos empregadores, uma vez que há muitos casos conhecidos de exploração trabalhista. Segundo a pessoa entrevistada, a casa já fez uma denúncia de exploração na Polícia Federal e houve casos em que precisaram buscar pessoas refugiadas em fazendas onde estavam sendo explorados. “Há muitos casos de preconceito de gênero e xenofobia” (Pessoa entrevistada Casa Chico do Vale, 2022).

A Casa Chico do Vale arca com os custos de transporte de pessoas migrantes e refugiadas até o local de trabalho, quando fora de Belo Horizonte. A pessoa entrevistada conta que os refugiados são empregados em cidades como Mar de Espanha, Itaúna, Montes Claros, Ipatinga, Betim. O Vale do Aço é um grande polo receptor de trabalhadores refugiados. Em geral, são encaminhados para vagas em empresas de grande porte, de construção civil, de aço, e de engenharia. Ocupam vagas como vendedores, atendentes de telemarketing, pedreiros, caseiros, ajudantes em comércios e restaurantes e outras. Em relação à escolarização, ela cita que a maioria dos venezuelanos possuem curso superior, contudo é bastante difícil empregá-los nas áreas de atuação. Outra questão importante relatada é a dificuldade de empregar jovens usuários de drogas.

Após o primeiro mês de recebimento de salário, é providenciado o aluguel de um imóvel para moradia dos assistidos, compatível com a sua renda. A maioria vai morar em barracões em bairros periféricos, devido às dificuldades com os trâmites e exigências imobiliárias. Os móveis e utensílios básicos, necessários à montagem das moradias são fornecidos pela Casa, por meio do Topa-tudo, sem nenhum custo para as pessoas refugiadas. Há casos em que as mesmas retornam após saírem da

acolhida na Casa, quando acontecem, por exemplo, episódios de exploração trabalhista, ou quando ficam desempregadas por longo período. Nesses casos, voltam e novamente são assistidas no processo de recolocação no mercado de trabalho. A estimativa da pessoa entrevistada é que a Casa Chico do Vale tenha atendido mais de 2 mil pessoas refugiadas desde o início de suas atividades em 2014 (Pessoa Entrevistada Casa Chico do Vale, 2022).

5.2.3 - Cruz Vermelha de Minas Gerais

A Cruz Vermelha é considerada uma das maiores redes de ajuda humanitária do mundo. Atua através do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, com a missão de salvaguardar a vida, a saúde e a dignidade humana em contextos de guerra e emergências. Atua em todos os países do globo, amparada pelos princípios fundamentais de “humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, voluntariado, unidade e universalidade”. A Cruz Vermelha Brasileira existe desde dezembro de 1908 e está presente em 21 estados, com a missão de “atenuar o sofrimento humano, sem distinção de raça, religião, condição social, gênero e opinião política”. Trata-se de uma associação civil filantrópica, sem fins lucrativos, com o propósito de “auxiliar os poderes públicos e, em particular, os serviços militares de saúde”. O serviço voluntário é considerado a base de sua atuação (CRUZ VERMELHA BRASILEIRA, 2022).

A pessoa entrevistada da Cruz Vermelha de Minas Gerais relata que a organização atua em parceria com o Exército Brasileiro, acolhendo grupos de pessoas refugiadas venezuelanos que participam da Estratégia de Interiorização e que estão de passagem por Belo Horizonte, a caminho de seus destinos finais. A recepção inicia-se por contato ativo do Exército Brasileiro para colaboração da entidade no acolhimento. A pessoa entrevistada esclarece que a participação da Cruz Vermelha é voluntária e depende de fatores e decisões internas. A entidade possui status de apoio aos governos nas ações humanitárias, porém sua atuação é autônoma, podendo a mesma declinar da prestação do auxílio quando não forem estabelecidas condições propícias à ação.

A primeira participação nesse tipo de acolhimento foi no ano de 2018. A partir desta data, foram recebidos 5 a 6 grupos de imigrantes venezuelanos, com 10 (dez) a 30 (trinta pessoas), de diversas faixas etárias, grau de escolaridade e ocupação, e

constituídos tanto por famílias inteiras, quanto por indivíduos desacompanhados.

Os grupos chegam por meio da ação exclusiva do Exército, que providencia o transporte aéreo de Roraima até a sede em Belo Horizonte. A sede da Cruz Vermelha em Belo Horizonte atua como ponto de apoio eventual para a dispersão dos grupos atendidos para outros destinos no estado de Minas Gerais. De acordo com a pessoa entrevistada, funciona como *Casa de Passagem*, por um período que varia de 48 (quarenta e oito) horas a 04 (quatro) dias de hospedagem. A permanência depende da logística de transporte planejada pelo Exército Brasileiro, podendo se prorrogar em caso de imprevistos além do prazo pré-determinado. As cidades destinos não são informadas à Cruz Vermelha, contudo, alguns imigrantes relatam estarem indo trabalhar em fazendas no interior do estado.

A pessoa entrevistada esclarece que a partir do aceite da demanda são empreendidos esforços operacionais denominados como Procedimento Operacional Padrão POP, com objetivo de preparar desde a infraestrutura física, até o corpo de colaboradores e voluntários responsáveis pelos cuidados com o grupo. São levantadas as questões particulares de cada grupo, que abarcam todas as nuances do processo de recepção e acolhimento, que acontece na própria sede da organização. Para a recepção do primeiro grupo foi necessário adaptar a estrutura física do sétimo andar da sede. A partir deste grupo, os outros foram instalados nos demais andares. O edifício possui sete andares e é equipado com salas, que são adaptadas como dormitórios, banheiros, refeitórios, copas, cozinhas, salões - que abrigam, por exemplo, a brinquedoteca, montada por ocasião das recepções dos migrantes e salas de oficinas. O POP envolve tanto o corpo de colaboradores da Cruz Vermelha Minas Gerais, quanto um número de voluntários suficiente ao desenvolvimento dos trabalhos. Ao todo são destinadas aproximadamente 15 pessoas para o trabalho de acolhimento. São necessárias ações de apoio dos setores de Compras, Financeiro, Segurança, Psicossocial, Saúde, Manutenção, Limpeza, Informática, Comunicação, Operacional e Voluntariado. Através do POP são definidas ações de gestão e logística, como espaços a serem utilizados, quantitativo de colchões, roupas de cama, material de higiene pessoal e mantimentos para quatro refeições diárias. Também são programadas ações de recreação e entretenimento, como oficinas, cinema com pipoca, pequenas instruções sobre o idioma português, leitura, contação de histórias para crianças, bingos e rodas de conversas.

Após a chegada e um período de descanso, a equipe de voluntários promove

o preenchimento de formulários como a Ficha de Triage, com informações básicas dos indivíduos; o Formulário de demandas urgentes, que indica necessidades psicossociais, psicológicas, de assistência social, de saúde - inclusive alimentares e medicamentosas – e de vestuário; e a Ficha de Atendimento de Saúde. A pessoa entrevistada esclarece que, como condição para o processo de interiorização, as pessoas refugiadas passam por avaliações médicas e regularização do esquema vacinal de acordo com a exigência da operação brasileira. Depois da chegada à Cruz Vermelha Minas Gerais, caso seja identificada alguma necessidade médica urgente, é providenciado o atendimento nas unidades de saúde pública, como as Unidades de Pronto Atendimento UPAS. Os medicamentos, assim como quaisquer outras providências necessárias nos casos de necessidades de saúde são patrocinados com recursos da Cruz Vermelha, inteiramente independente do Programa de Interiorização.

Dentro das possibilidades operacionais, a equipe da Cruz Vermelha procura sanar todas as demandas urgentes, a exemplo de particularidades alimentares e até do auxílio para o restabelecimento de laços familiares com parentes que residam em Belo Horizonte. A pessoa entrevistada relata, como exemplo, o caso de uma migrante que compunha um dos grupos recebidos e solicitou ajuda para se encontrar com o irmão, que mora na cidade e que ela não via há bastante tempo.

Para uma melhor gestão das demandas, um dos membros de cada família recepcionada é definido como Representante Focal, que atuará como intermediador e facilitador na comunicação. Cada família é acompanhada por um voluntário, que atua no auxílio e na atenção aos cuidados excepcionais de cada caso. Nesse ponto a pessoa entrevistada ressalta as dificuldades de comunicação impostas pela língua nativa, uma vez que muitas vezes colaboradores e voluntários não dominam o espanhol. As ações de atenção com as necessidades básicas envolvem a distribuição de kits de higiene especialmente destinados à recém-nascidos, crianças, adolescentes, homens, mulheres; roupas, roupas íntimas, calçados, agasalhos; medicamentos; mantas e outros itens.

A pessoa entrevistada explica que os dados sobre o acolhimento na organização ainda estão sendo estruturados, por isso não há informações disponíveis publicamente. Um dos fatores que contribuíram para isto foi o hiato, de aproximadamente 02 (dois) anos, nas ações de acolhida devido à pandemia de Covid-19.

Ao final, a pessoa entrevistada informa que não há uma parceria formal entre a Cruz Vermelha e a Prefeitura de Belo Horizonte, nem repasse de verbas, ou qualquer outra ajuda de órgãos oficiais. A interação no caso das pessoas refugiadas venezuelanas acontece somente entre a organização e o exército brasileiro, porém sem ajuda de custos para a recepção e estadia na Casa de Passagem. A Cruz Vermelha arca com todos os custos envolvidos, através de seu patrimônio próprio, das doações de colaboradores e de terceiros (Pessoa Entrevistada Cruz Vermelha, 2022).

O relato da pessoa entrevistada demonstra um respeito com a situação de vulnerabilidade e um cuidado humanitário especial com as necessidades das pessoas refugiadas. Observa-se ainda, um cuidado com relação às informações e segurança dos dados, uma vez que se trata de um público sensível e vulnerável.

Dentro do complexo serviço oferecido, nota-se uma gentileza expressa em atitudes básicas, sutis, a exemplo da preocupação da equipe em promover ações para minimizar a frustração de expectativas, quando acontecem eventuais atrasos de deslocamento para o destino final. Em toda sua fala, a pessoa entrevistada enaltece a importância do apoio solidário das pessoas que contribuem com doações e que prestam serviço voluntário. Ressalta, ainda, o apoio mútuo observado entre os próprios imigrantes, fato relatado com um facilitador na gestão de situações cotidianas. Percebe-se como atitudes simples, diante da situação de extrema vulnerabilidade a que estão expostos os imigrantes, assumem novas dimensões, podendo ser comoventes e confortadoras, a exemplo da distribuição de caixas de bombons e mantas, oferecidas por voluntários, para o último grupo recebido na época da Páscoa. Há também uma clara intenção em proporcionar um período de descanso para as pessoas refugiadas, como forma de refazimento para a nova jornada. Uma de suas falas sintetiza bem o apoio humanitário oferecido durante a estadia na Casa de Passagem; “Eu digo que aqui o “P” de Passagem é um “P” de Pausa” (Pessoa Entrevistada Cruz Vermelha Minas Gerais, 2022).

5.2.4 Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA)

A Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA) é uma Organização de ajuda humanitária, ligada à Igreja Adventista do Sétimo Dia, que atua em cento e trinta países. No Brasil possui status de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e está presente em quinze estados brasileiros, atuando,

desde 1984 em projetos de desenvolvimento comunitário e assistência humanitária a pessoas em situação de vulnerabilidade. Seu foco principal são questões relativas à: Água, saneamento e higiene; Saúde comunitária; Crianças em situação de vulnerabilidade; Resposta e gestão de emergências; Nutrição e redução da fome; Geração de emprego e renda; Promoção da justiça social e garantia de direitos; Igualdade entre sexos e valorização da mulher (ADRA, 2022).

Entre junho de 2019 e junho de 2020 a ADRA atuou na operacionalização do Projeto SWAN no Brasil, sob o patrocínio e coordenação da Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos - USAID (*United States Agency for International Development*), através de um de seus gabinetes, o Escritório de Assistência a Desastres Estrangeiros dos Estados Unidos - OFDA (*Office of U.S. Foreign Disaster Assistance*). O Projeto SWAN consiste na oferta de “alojamento, água, saneamento, higiene e assistência não-alimentar para imigrantes venezuelanos no Brasil”, com o objetivo de prestar ajuda humanitária no acolhimento e interiorização de pessoas refugiadas venezuelanas no Brasil. As ações do projeto foram desenvolvidas no país em parceria com a ADRA por meio de suas regionais, e as Forças Armadas Brasileiras, abrangendo as capitais dos estados de Roraima, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre (ADRA, 2022).

De acordo com relato da pessoa entrevistada da regional ADRA Minas Gerais, o projeto SWAN previa a ajuda humanitária para interiorização, integração e adaptação de pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas em Belo Horizonte, com recebimento de ajuda financeira por um período de três meses para despesas com aluguel, alimentação e itens básicos.

A seleção dos participantes dava-se ainda em Roraima, onde os refugiados venezuelanos eram cadastrados para regularização documental e levantamento do perfil familiar. Os critérios para a seleção dos contemplados não foram informados, porém foi ressaltada somente a participação de famílias refugiadas. Após seleção, o perfil destas famílias era previamente encaminhado à ADRA Minas Gerais para as providências de recepção e instalação. A atuação da ADRA Minas Gerais iniciava-se mais ou menos um mês antes da chegada das famílias na cidade, por uma equipe de sete funcionários mobilizados para dar suporte ao projeto. As ações consistiam em providências como: articulação com empresas para formar cadastro de vagas de empregos; encaminhamento de pessoas refugiadas interiorizadas para as vagas disponíveis; aluguel de moradia próxima ao local de trabalho; montagem da casa com

itens essenciais; mobilização da comunidade próxima ao local de moradia das pessoas refugiadas, para angariar a doação de móveis, roupas, sapatos e outros itens de necessidade; montagem, limpeza e organização da moradia. A mobilização consistia também em engajamento de pessoas dispostas a *apadrinhar* os assistidos, com intuito de auxiliá-los no processo de integração socioambiental. As pessoas refugiadas selecionadas em Roraima eram trazidas para a cidade em voos da Força Aérea Brasileira, ou de companhias aéreas parceiras da ADRA, cujos nomes não foram informados. A equipe de acompanhamento da instituição responsabilizava-se pela recepção e instalação das famílias nas moradias providenciadas e auxiliava na ambientação nos arredores da residência. No dia seguinte à chegada, em geral, era realizada a apresentação do refugiado, considerado o chefe daquela família, no local de trabalho. De acordo com a pessoa entrevistada, a articulação de uma vaga de emprego, em geral para o pai da família, era uma das primeiras providências encaminhadas pela equipe da ADRA. Esclarece que, na maioria das vezes, as mães não vinham com vaga de emprego encaminhada, para facilitar as providências de acomodação da família nos primeiros dias. Na sequência, a equipe de apoio auxiliava no cadastramento da família em postos de saúde, no encaminhamento de crianças para vagas escolares e outros trâmites necessários, e após essa etapa, na articulação para encaminhamento das mães às vagas de trabalho disponíveis. Em geral, as vagas de trabalho destinavam-se a atividades relacionadas à serviços gerais, como auxiliares nos comércios locais, ou limpeza e manutenção. As famílias eram assistidas pelo projeto SWAN durante três meses, com o pagamento do aluguel e através do fornecimento de um cartão da bandeira Sodexo para as despesas com alimentação e itens de necessidade. A equipe da ADRA atuava com suporte nas questões práticas e demais orientações, à exemplo da gestão financeira. Ao final desse período, com o término do subsídio, as próprias pessoas refugiadas passavam a arcar com suas despesas. Porém, a pessoa entrevistada reforça que a ADRA ainda continuava acompanhando a situação das famílias por mais três meses, auxiliando indiretamente através da ajuda dos *padrinhos*, com fornecimento de cestas básicas, encaminhamentos para melhores empregos e outras ações. Findado esse prazo, os assistidos seguiam sozinhos. A equipe atuante no projeto em Belo Horizonte era composta de um coordenador, um responsável pela logística, um auxiliar administrativo, um monitor social, e três agentes de ação social, que providenciavam desde a articulação emprego, o aluguel e montagem das casas, até o

acompanhamento final das famílias. No total foram interiorizadas em Belo Horizonte aproximadamente de 6 a 8 famílias por mês, durante os 12 meses do projeto. Atualmente a ADRA continua realizando trabalho de ajuda humanitária, porém, após o encerramento das ações do Projeto SWAN, não houve continuidade na ajuda humanitária a pessoas refugiadas venezuelanas pela ADRA Minas Gerais (Pessoa Entrevistada ADRA, 2022).

Para além da atuação humanitária competente e orquestrada das instituições envolvidas, é importante analisarmos o Projeto SWAN enquanto iniciativa da agência de desenvolvimento norte-americana, para financiamento da integração de refugiados venezuelanos no território brasileiro. A gestão do projeto, a partir de seus objetivos, seletividade e temporalidade, vem de encontro às discussões sobre a expansão geopolítica das fronteiras do norte global para suas áreas de influência no hemisfério sul. Em relação a essa temática, Jarochinski-Silva e Baeninger (2021) debatem sobre o papel do Brasil como um dos “países-tampões no Sul Global”, enquanto produto das medidas anti-imigração estabelecidas pelo norte global.

Na perspectiva dos autores,

(...) o fato de que boa parte dessas respostas a essa mobilidade promovida pelos países da região possuem influência, recursos e interesses do Norte Global, os quais querem impedir a chegada dessas pessoas aos seus países. Quando se analisa a questão dos recursos de financiamento de tais ações, isto se torna evidente, principalmente por parte das organizações internacionais, com a presença de ações em toda região para o atendimento de imigrantes da Venezuela (SILVA & BAENINGER, 2021, p. 130).

5.2.5 Casa do Migrante

A Casa do Migrante, fundada em 2019, funciona na Rua Sergipe 175, Funcionários, em Belo Horizonte. Trata-se de um projeto desenvolvido e patrocinado pela Ação Social Arquidiocesana - PROVIDENS com o apoio de diversos parceiros, voltado ao atendimento emergencial e temporário, e à promoção e inserção social dos migrantes, em função da grave situação social e política da Venezuela (Representante da PROVIDENS, 2022). Seu objetivo é acolher pessoas imigrantes e refugiadas, respeitando suas histórias e identidades, visando possibilitar a moradia provisória, promoção da dignidade e inserção social (PROVIDENS, 2022).

A PROVIDENS, é uma Organização da Sociedade Civil, resultante da fusão de

outras três organizações: Providência Nossa Senhora da Conceição, Fundação Obras Sociais Nossa Senhora da Boa Viagem e Associação Projeto Providência. A organização se dedica aos serviços sócio assistenciais gratuitos e continuados, nas dimensões da saúde, educação, habitação, geração de renda e inserção no mercado de trabalho. É responsável, ainda, pelas ações sociais e políticas da Arquidiocese de Belo Horizonte, atuando como seu braço jurídico. Em seu site, a organização define como seu propósito a prestação de assistência aos mais vulneráveis, para promoção de inclusão social; cidadania; fortalecimento de vínculos de união, amizade, cooperação e solidariedade; e colaboração na construção de uma sociedade justa e solidária (PROVIDENS, 2022).

A iniciativa da Casa do Migrante faz parte da Rede Acolhe Minas, em parceria com diversas entidades públicas e da sociedade civil, além de profissionais e refugiados venezuelanos que já residem na cidade e estudantes e profissionais que atuam na área da saúde e assistência social (ACNUR, 2022).

A proposta inicial da Casa era ser um local de moradia temporária, para que as pessoas imigrantes pudessem ter um suporte na nova cidade, apoio para conseguir um novo emprego e assim alcançar sua independência. Dessa forma, o período de acolhimento era de três meses e segundo a pessoa entrevistada, o equipamento acolheu apenas sujeitos isolados, pois não tinha infraestrutura para abrigar famílias.

Devido à parceria com o Serviço Jesuíta à Migrantes e Refugiados e a ACNUR os imigrantes venezuelanos interiorizados, partiam de Roraima com destino a Belo Horizonte, onde eram levados pelo Exército do aeroporto até a casa. Após a acolhida, a PROVIDENS atuava na promoção de moradia provisória, alimentação, material de higiene pessoal, roupas, aulas de português, acompanhamento psicossocial e atividades de inclusão social, além do encaminhamento para o mercado de trabalho, por meio da parceria com os jesuítas. As pessoas atendidas eram encaminhadas ao escritório dos Jesuítas para organização dos documentos e preparação dos currículos e envio para empresas, para inserção no mercado de trabalho. Graças à parceria com o SJMR, foi possível encaminhar todas as pessoas atendidas pela casa para o mercado de trabalho. Muitos dos venezuelanos acolhidos possuíam curso superior ou ensino técnico em diferentes áreas, porém, infelizmente, nem todos conseguiram emprego na mesma profissão que exerciam na Venezuela. Para a pessoa entrevistada, dentre os principais desafios do projeto é possível destacar a questão da língua e a mediação de conflitos para uma convivência sadia entre as pessoas

acolhidas, além da gestão financeira para sustentabilidade do projeto.

No momento, o projeto está passando por uma reestruturação e não está funcionando. Ainda não há previsão para a retomada do acolhimento. Durante o período de funcionamento da casa, de 2019 até 2021, foram acolhidos cinco grupos de migrantes, sendo: 4 grupos de homens e 1 grupo formado apenas por mulheres. Ao todo, foram cerca de 100 imigrantes acolhidos. (Pessoa Entrevistada PROVIDENS, 2022).

6 CONCLUSÃO

No contexto das migrações internacionais, especialmente nos movimentos forçados, como é o caso do êxodo venezuelano, observa-se um entrave geopolítico no atendimento humanitário aos imigrantes. Como ressaltado por autores como Miranda e Bronzo (2021), a incapacidade de alguns países em oferecer uma resposta humanitária aos eventos migratórios de crise vai além da falta de governança. Assenta-se em questões ideológicas anti-imigração, vontade política, xenofobia, racismo e medidas restritivas estabelecidas por novos padrões de relações geopolíticas.

No caso do Brasil, especificamente, a ausência de uma política migratória internacional consolidada é aclarada diante da adoção de medidas securitárias e emergenciais pelo governo federal, a exemplo dos vistos humanitários, das concessões de moradia temporárias e da morosidade na gestão dos pedidos de refúgio (MENDES & FERNANDES, 2021). Até outubro deste ano, dos 92.942 pedidos de refúgio por venezuelanos registrados no país, somente 51.618 foram reconhecidos, relegando, assim, 41.324 pessoas à situação de indefinição legal (PLATAFORMA R4V, 2022).

A resposta brasileira através da Operação Acolhida estabeleceu-se como força-tarefa para atendimento emergencial humanitário, em consonância com os acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário. De certa forma, um de seus pilares, a estratégia de interiorização remete-nos à ideia de um processo facilitador para a integração das pessoas imigrantes e refugiadas em centros mais estruturados. Contudo, observa-se uma falha substancial no processo, que é a falta de continuidade do apoio governamental após a logística de dispersão. A extensão da concessão de benefícios sociais emergenciais aos imigrantes, principalmente no período da pandemia de Covid-19, é uma medida positiva que deve ser mencionada, porém, tais benefícios são temporários e não são acessados por todas as pessoas imigrantes, principalmente nos cenários de indefinição legal citados anteriormente.

Na mesma linha de ação, o governo mineiro, embora esteja encaminhando estratégias para a construção de política migratória mais efetiva e atuante, através das ações do COMITRATE, opta por uma isenção, caracterizada pela ausência da oferta de serviços especializados frente à questão migratória internacional, delegando a responsabilidade desse tipo de atendimento às esferas municipais e à sociedade civil.

Ao analisarmos o processo de acolhida e integração dos imigrantes

venezuelanos promovido pelo órgão público municipal de Belo Horizonte, não podemos afirmar a observância de uma inação, ou isenção total. Embora não exista uma política migratória consolidada na esfera municipal, algumas ações, ainda que emergenciais, imparciais, ou motivadas pela pressão dos fluxos atuais foram encaminhadas na última gestão. Nesse sentido, inclui-se a oferta de abrigamento nos equipamentos municipais geridos pela PBH, inclusive com especificidades para atendimento, como é o caso das unidades destinadas ao abrigo de pessoas com Covid e de gestantes e puérperas. Outra iniciativa a ser destacada é a parceria com o SJMR, com intuito de promover ações de acolhida dos imigrantes Warao na Casa Alberto Hurtado e iniciativas para integração socioambiental, acompanhamento socioassistencial e concessão de benefícios e subsídios temporários. O município ainda oferta continuamente um serviço socioassistencial de atendimento especializado ao imigrante, embora não haja especificidades para tratar com o público internacional. Contudo, esses exemplos pontuais estão longe de constituir a governança ideal no atendimento a esse público.

Diante das lacunas do setor público, os serviços de assistência humanitária e social são assumidos por iniciativas da sociedade civil. Nesse cenário as Organizações da Sociedade Civil mantêm esforços de acolhida e integração socioambiental, cultural e econômica, constituindo redes de apoio e solidariedade para atendimento aos imigrantes em geral.

Ao traçar um paralelo entre a atuação das OSCs participantes dessa pesquisa, observa-se que todas tiveram ou têm algum tipo de parceria com o Programa de Interiorização do governo federal. Após a logística de traslado das pessoas refugiadas pelas Forças Armadas Brasileiras, até o aeroporto ou até a porta das organizações, estas assumem integralmente os processos de acolhida e atendimento.

Para o desenvolvimento de suas atividades as organizações utilizam-se de estruturas, meios e recursos próprios, providos por mantenedores não governamentais (sendo as instituições religiosas bastante atuantes nesse universo), ou obtidos através de campanhas de doação junto à comunidade civil. A exceção nesse quesito é o trabalho de acolhida dos Warao, prestado pelo SJMR em parceria financeira com a Prefeitura de Belo Horizonte e o desenvolvimento do Programa SWAN, financiado pelo governo americano e operacionalizado pela ADRA.

Em relação à logística de operação, as organizações em geral contam com equipes de apoio operacional e especializado e com o serviço voluntário. Arcam com

todos os processos relativos à hospedagem, alimentação e fornecimento de itens de primeira necessidade para as pessoas refugiadas acolhidas. Também exercem serviços de orientação e integração social, como encaminhamento para acessos aos serviços públicos de saúde, educação, benefícios sociais, regularização documental, e atuam na articulação e encaminhamento ao mercado de trabalho. Nesse caso, a Cruz Vermelha Minas Gerais é uma exceção, pois a acolhida se restringe ao período de até 04 dias em que os assistidos hospedam-se em sua sede, e não há encaminhamentos para tais serviços, além dos de saúde quando necessário.

Importante ressaltar o reforço logístico do sistema de voluntariado, que muitas vezes presta serviços gratuitos de assistência social, psicológica, médica, pedagógica e de integração sociocultural, que são elementos importantes para a assimilação e adaptação socioambiental das pessoas refugiadas. Os voluntários atuam, ainda, nas dimensões operacional, administrativa e na arrecadação de recursos e doações. A capacidade de mobilização social das organizações é notável. As campanhas de arrecadação e a conquista de novos voluntários e padrinhos representam um esforço coletivo e contínuo de ajuda humanitária. Tal movimento de solidariedade é uma força basal tanto para a estruturação dos serviços prestados, como para a integração das pessoas atendidas pelas instituições.

Nessa linha de gestão, a interlocução com outros atores e parceiros da comunidade civil representa uma dimensão essencial para manutenção dos serviços, através de trocas de informações, itens de necessidade, habilidades e especificidades. Todas as organizações entrevistadas informaram que estabelecem algum tipo de parceria na execução de suas atividades.

A formação de redes sociais colaborativas, tanto da comunidade civil, como as que se formam a partir das redes de contato estabelecidas pelas próprias imigrantes e refugiadas, por meio de familiares ou outros imigrantes já integrados no país, são um elemento essencial na inserção e adaptação sociocultural e territorial dos imigrantes. O estabelecimento de redes de apoio entre conterrâneos permite que as pessoas mantenham vínculos afetivos, identitários e sociais e lhes propicia um suporte para assimilação, adaptação e construção de novos vínculos. Nesse sentido, o apoio recebido pelas organizações destinadas a acolhida tem importante papel sócio estruturador.

A reconstrução pessoal a partir do refúgio é citada por todas as pessoas entrevistadas como uma fase dura, quando o sujeito se dispõe de praticamente todos

os recursos identitários, emocionais e materiais, afetando sua capacidade de sustentação autônoma. A ajuda assistencial, além do aspecto humanitário, tem um importante papel restaurador da dignidade e auto identidade, elementos afetados pela situação temporária de extrema vulnerabilidade.

É importante ressaltar a expertise do SJMR em relação às questões que envolvem imigrantes e refugiados. Todas as pessoas entrevistadas citaram o protagonismo do SJMR na prestação de serviços altamente especializados em diversas dimensões. Sua atuação na articulação entre as esferas religiosas, civis e públicas, na promoção e condução de questões políticas, pretende apoiar a consolidação de um marco legal mais conciso e atual.

A parceria do SJMR com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para acolhida de imigrantes indígenas da etnia Warao, na Casa Alberto Hurtado, vai além da assistência social e humanitária. Envolve questões mais complexas como a especificidade jurídica dos Warao, enquanto povo tradicional reconhecido no Brasil, suas peculiaridades culturais e identitárias, sua reterritorialização e a construção de novas dimensões socioespaciais.

A apuração sobre o quantitativo de pessoas refugiadas atendidas foi afetada pela falta de informações precisas nesse quesito. Foi observado nos depoimentos um cuidado das instituições em relação à segurança dos dados e das informações repassadas. A maioria das organizações alegou que os dados não estão consolidados, ou ainda estão em fase de organização. Dessa forma, não há parâmetros para traçar qualquer análise entre o número estimado de atendimentos expressos pelas pessoas entrevistadas e os dados oficiais sobre interiorizados, informados pela Plataforma R4V, referência desta pesquisa.

As dificuldades e desafios em relação à execução dos serviços, relatadas pelas pessoas entrevistadas, são muito similares: a falta de recursos e de apoio governamental adequados; a ausência de política pública migratória abrangente, atuante e integrativa; o enfrentamento de questões ligadas ao gênero, racismo, xenofobia, violência, tráfico de pessoas, exploração do trabalho; as dificuldades de assimilação linguística, alimentar e cultural para integração social; e, principalmente as dificuldades de superação do trauma imposto pela condição do refúgio.

REFERÊNCIAS

ACNUR - Agência da ONU Para Refugiados (Brasil). **A atuação junto a redes locais em apoio à população indígena warao no sudeste e sul do Brasil: boas práticas e lições aprendidas.** 2021. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/05/210531_ACNUR_Relatório_Warao.pdf. Acesso em: 19 jul. 2022.

ACNUR. - Agência da ONU Para Refugiados (Brasil). **Convenção de 1951.** Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/>. Acesso em: 16 jul.2022

ACNUR - Agência da ONU Para Refugiados (Brasil). **Interiorização.** 2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/temas-especificos/interiorizacao/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ACNUR - Agência da ONU Para Refugiados (Brasil). **Os Warao no Brasil:** contribuições da antropologia para a proteção de indígenas, refugiados e migrantes. Brasil: A Agência da ONU Para Refugiados, 2022. 71 p.

ACNUR - Agência da ONU Para Refugiados (Brasil). **O Guia de referência para o trabalho social com a população indígena refugiada e imigrante.**2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/10/WEB-Guia-de-ref-erencia-para-o-trabalho-social-com-a-populacao-indigena-refugiada-e-imigrante.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2022

ACNUR.- Agência da ONU Para Refugiados (Brasil). **Refugiados.** Disponível em:<https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>. Acesso em: 10 set.2022

ACNUR - Agência da ONU Para Refugiados (Brasil). **Venezuela.** 2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/venezuela/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ACNUR. ONU (org.). **ACNUR apoia a realização do Fórum de Conselhos e Comitês para Refugiados e Migrantes.** 2022. Disponível em:

<https://www.acnur.org/portugues/2022/07/29/acnur-apoia-a-realizacao-do-forum-de-conselhos-e-comites-para-refugiados-e-migrantes/>. Acesso em: 10 set. 2022.

AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS – ADRA (Minas Gerais). **Sobre nós**. Disponível em: <https://adra.org.br/sobre-nos/>. Acesso em: 03 mai.2022.

ALMG. Decreto nº 46849, de 29 de setembro de 2015. **Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento do Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo**. Minas Gerais, MG, 29 set. 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/migracidades/wp-content/uploads/2021/02/Decreto-COMITRATE-MG.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ALVARES, Fernando. J. **Apuntes para identificar causas y características de la migración de Venezolanos a Colombia**. Migrações Venezuelanas, Campinas, v. 2, n. 1, p. 141-146, 2018. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacao/migracoes-venezuelanas-2/>. Acesso em: 02.jul. 2022.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MG (Minas Gerais). **Indígenas Warao ainda em situação precária em abrigo de BH**. 2021. Disponível em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2021/11/24_visita_direitos_humanos_refugiados_indigenas_venezuelanos_abrigo_sao_paulo. Acesso em: 6 set. 2022.

BAENINGER, Rosana. **Governança das Migrações**: migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil. Migrações Venezuelanas, Campinas, p. 135-140, 2018. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacao/migracoes-venezuelanas-2/>. Acesso em: 02 jul. 2022

BAENINGER, R & PERES, R. **Migração de Crise**: a migração haitiana para o Brasil. Revista Brasileira de Estudos Populacionais: Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 119-143, abr.2017. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/MzJ5nmHG5RfN87c387kkH7g/?format=pdf&lang>

=pt. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRANDÃO, Marcelo (Brasil). Agência Brasil. **Pacaraima está à beira de colapso social com aumento de imigração**. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-05/pacaraima-esta-beira-de-colapso-social-com-aumento-de-imigracao>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Casa Civil. Presidência da República. **A Operação Acolhida**. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/copy_of_sobre-a-operacao-acolhida-2
Acesso em: 06 jun. 2022.

BRASIL. Casa Civil. Brasil. **Protocolo de Intenções**. 2018. Disponível em: https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/comunicacao_novo/institucional/Protocolo_de_Inten%C3%A7%C3%B5es_Interioriza%C3%A7%C3%A3o_Venezuelanos.pdf. Acesso em: 13 ago. 2022.

BRASIL. Casa Civil. Presidência da República. **Interiorização**. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/copy_of_base-legal-1/interiorizacao. Acesso em: 06 jun. 2022.

BRASIL. **DECRETO Nº 6.975, DE 7 DE OUTUBRO DE 2009**. Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, assinado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6975.htm>. Acesso em 12 de dezembro de 2022.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**: Belo Horizonte. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/belo-horizonte.html>. Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. 1980. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6815.htm>. Acesso em: 16 ago. 2022

BRASIL. **Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018.** Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências. 2018. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm>. Acesso em: 10.nov.2022

BRASIL. **Lei nº 9474, de 22 de julho de 1997.** Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm>. Acesso em: 01.out.2022

BRASIL. **Resolução Normativa nº- 126, de 2 de março de 2017.**Dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço.1917. Disponível em:<<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=03/03/2017&jornal=1&pagina=88&totalArquivos=132>>. Acesso em: 10.nov.2022

BRASIL. Diário Oficial da União. Casa Civil. **PORTARIA Nº 655, DE 23 DE JUNHO DE 2021.** 2021. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/4543/3/PRT_PR_CC_2021_655.pdf. Acesso em: 17 agosto 2022.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e Refúgio no Brasil.** Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>. Acesso em 06.nov.2021

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, W. **Um panorama da imigração e do refúgio no Brasil:** reflexões à guisa de introdução. Relatório Anual ObMigra 2020, Brasília, p.8-17, 2020.Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>. Acesso em: 06.nov. 2021.

CASA CHICO DO VALE (Belo Horizonte) (org.). **Sobre nós.** 2022. Disponível em:

<https://www.chicodovale.com.br/>. Acesso em: 01 mai. 2022.

CASTLES, Stephen. **Entendendo a migração global**: uma perspectiva desde a transformação social. REMHU (Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana), n.35, 2010, pp:11-44.

CASTLES, S., De Haas, H., & Miller, M. J. **The Age of Migration**: International Population Movements in the Modern World. New York and London: Guilford Press. [Capítulo 3: How Migration Transforms Societies_The transformation of origin societies]. 2014.

CASTLES, S.; Haas, H.; & Miller, M. J. (2019). **The Age of Migration**: International Population Movements in the Modern World. New York and London: Macmillan International [Capítulo 1: Introduction]

COUNTRYECONOMY (Madrid). Alldata Now e Mercantile Registry Of Madrid. **Venezuela - Emigrantes Totais**. 2022. Disponível em: countryeconomy.com. Acesso em: 17 set. 2022.

COUNTRYECONOMY.COM (org.). **Countryeconomy.com**: dados econômicos e demográficos por país. Venezuela. 2022. Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/paises/venezuela>. Acesso em: 01 jun. 2022.

CRUZ VERMELHA DE MINAS GERAIS (Minas Gerais). Cruz Vermelha (org.). **Institucional**. 2022. Disponível em: <https://www.cruzvermelhamg.org.br/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME – UNODC (Brasil). Nações Unidas. **Relatório Situacional Brasil**: Tráfico de Pessoas em Fluxos Migratórios Mistos, em especial de venezuelanos. 2021. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_TIP/Publicacoes/Relatorio_Situacional_Brasil_T4T.pdf. Acesso em: 28 maio 2022.

ESPINOZA, Vera, M., ZAPATA & G. GANDINI, L. (2020). **Mobilidade dentro da**

imobilidade: migrantes diante da Covid-19 na América Latina. Open Democracy. <https://www.opendemocracy.net/pt/mobilidade-dentro-da-imobilidade-migrantes-diante-covid-19-na-america-latina/>

FAUSTINO, B. P. **Minas Gerais no Contexto das Migrações Internacionais Contemporâneas**. Belo Horizonte, 2020. 89p.

HUGUENEY, Victoria (Brasil). Acnur. **Interiorização chega a Minas Gerais e rede se mobiliza para acolhida de refugiados venezuelanos UNHCR-ACUNR**. 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/02/20/interiorizacao-chega-a-minas-gerais-e-rede-se-mobiliza-para-acolhida-de-refugiados-venezuelanos/>. Acesso em: 01 jul. 2022.

INEEP - Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra. **Produção de petróleo na Venezuela próxima de zero**. 2020. Disponível em: <https://ineep.org.br/producao-de-petroleo-na-venezuela-proxima-de-zero/#>. Acesso em: 01 jul. 2022.

JAROCHINSKI-SILVA, João Carlos; BAENINGER, Rosana. **O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul**. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 29, p. 123-139, 2021.

JUBILUT, L. & MADUREIRA, A. **Os Desafios de Proteção aos Refugiados e Migrantes Forçados no Marco De Cartagena + 30**. Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, Brasília, 2014, Ano XXII, n.43, p. 11-33

JUBILUT, L. & FERNANDES, A. **A atual proteção aos deslocados forçados da Venezuela pelos países da América Latina**. In: Baeninger & Jarochinski, (eds), Migrações Venezuelanas. Campinas. 2018. NEPO/UNICAMP. Páginas 165-178.

LIVI-BACCI. M. **International migration: a global force, ungoverned**. In Turra, C. M. and Pinto da Cunha, J.M. (Orgs). População e desenvolvimento em debate: contribuições da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). 2012.

MOULIN, C. & MAGALHÃES, B. (2020) **Operation shelter as humanitarian infrastructure**: material and normative renderings of Venezuelan migration in Brazil. *Citizenship Studies*, 24(5), 642–662.  [DOI: 10.1080/10471912.2020.1811111](https://doi.org/10.1080/10471912.2020.1811111)

MARANDOLA, E; GALLO, P. **Ser migrante**: implicações territoriais e existenciais da migração. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul. /dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/rzmFzZWXRmzVHZhFGWSR6wn/?lang=pt..> Acesso em: 17 jul. 2021.

MARTINE, G. **A Globalização Inacabada** - Migrações Internacionais e Pobreza no século 21. *São Paulo em Perspectiva*, 2005, v. 19, n. 3, p. 3-22.

MASSEY, D. et al. **Worlds in Motion**, Oxford University Press [Capítulo 1: New Migrations, New Theories]. 2005.

MENDES, Alessandra (Belo Horizonte). Itatiaia (org.). **Chegada de venezuelanos vira desafio para a Prefeitura de Belo Horizonte**. 2021. Disponível em: <https://www.itatiaia.com.br/noticia/chegada-de-venezuelanos-vira-desafio-para-a-prefeitura-de-belo-horizonte-26/11/2021>. Acesso em: 29 jul. 2022.

MENDES, Denise Figueiró; FERNANDES, Duval Magalhães. **Interiorização de Venezuelanos para Minas Gerais**: instituições que atuam em redes sociais. *Revista Brasileira de Sociologia*, [s. l.], v. 09, n. 22, p. 222-245, 2021. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/753>. Acesso em: 06 ago. 2022.

MENDONÇA, Heloísa (Brasil). El País (org.). **Roraima à flor da pele**. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/agr/el_exodo_venezolano/a/. Acesso em: 17 ago. 2022.

MIRANDA, U. L.; BRONZO, C. O acolhimento dos primeiros grupos de venezuelanos interiorizados em Belo Horizonte. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, SP, v. 10, n. 2, p. 410–435, 2021. DOI: 10.36311/2237-7743.2021.v10n2.p410-435. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/10341>. Acesso em: 2 set. 2022.

MOREIRA, J. B., BORBA, J. H. O. M. **Invertendo o enfoque das “crises migratórias” para as “migrações de crise”**: uma revisão conceitual no campo das migrações. Revista Brasileira De Estudos De População, 2021, v.38, 1–20.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL (Brasília) (org.). **Avanços e Desafios da Proteção aos Refugiados no Brasil**. 2018. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-07/UN-Position-Paper-Protection-of-Refugees.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL (Brasília) (org.). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 2022. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 25 jun. 2022.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (Brasil). ONU. **ONU Migração atua em diversas frentes para apoiar a gestão do fluxo venezuelano no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/84136-onu-migracao-atua-em-diversas-frentes-para-apoiar-gestao-do-fluxo-venezuelano-no-brasil>. Acesso em: 05.ago. 2022

PBH - Prefeitura Municipal De Belo Horizonte (Minas Gerais). **Locação Social**. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/locacao-social>. Acesso em: 20.nov.2022

PBH - Prefeitura Municipal De Belo Horizonte (Minas Gerais). **Unidades de Acolhimento Institucional (Pop rua)**. 2022. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/assistencia-social/equipamentos/acolhimento>. Acesso em 06.nov.2022.

PEDROSO, Carolina Silva. **Petróleo e Poder**: a crise venezuelana e seus elementos históricos. Textos e Debates, Boa Vista, n. 34, p. 9-22, jan. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/valer/Downloads/admin,+ART+1+-+Petroleo+e+poder.pdf>. Acesso em:

19 jun. 2022

PENNAFORTE, C; OLIVEIRA, F. **Sistemas Mundo e Movimentos Antissistêmicos: uma análise crítica da Venezuela pós-Chávez.** Brazilian Journal Of International Relations, Marília, v. 8, n. 1, p. 44-68, jan./abr.2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/8913>. Acesso em: 06.dez. 2021

PISMATARO, Francesca Ramos. **O Desafio da Migração Venezuelana para a Região:** perspectiva colombiana. Coleção de Policy Papers, Rio de Janeiro, v.15, p. 9-19, set.2018. Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=a8b6441d-c16d-e11b-78b0-28ae6ebc67d4&groupId=265553. Acesso em: 27 maio 2022.

PLATAFORMA DE COORDENAÇÃO INTERAGENCIAL PARA REFUGIADOS E MIGRANTES DA VENEZUELA (Brasil). **2022.** Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/brazil>. Acesso em 22.ago.2022.

PROVIDENS AÇÃO SOCIAL ARQUIDIOCESANA (Minas Gerais). Arquidiocese de Belo Horizonte (org.). **Quem somos.** 2022. Disponível em: <https://providens.arquidiocesebh.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 27 jul. 2022.

REITANO, T. (2016). **A Perfect Storm?** Forces shaping modern migration & displacement (Regional Mixed Migration Secretariat (RMMS) (ed.)). Danish Refugee Council (DRC).

RODRIGUES, Francilene. Migração transfronteiriça na Venezuela. **Estudos Avançados:** Dossiê Migrações, São Paulo, v. 1, n. 20, p. 197-2007, 01 ago. 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/746>. Acesso em: 10 jun. 2022.

R4V (Brasil). Plataforma de Coordenação Interagencial Para Refugiados e Migrantes da Venezuela (org.). **RMRP 2022 - Plano Regional e Capítulo Brasil.** 2022. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/document/rmrp-2022-plano-regional-e-capitulo->

brasil. Acesso em: 01 set. 2022.

SAHI, Karim (Brasil). **Segundo a ONU, são mais de 50 milhões de refugiados no mundo: El País.** Brasil, 20.jan.2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/20/internacional/1403247770_211119.html. Acesso em: 20 jun. 2022

SASSEN, S. (2016). **A Massive Loss of Habitat: New Drivers for Migration.** *Sociology of Development*, 2(2), 204–233. <https://doi.org/10.1525/sod.2016.2.2.204>

SILVA, Cristiane (Minas Gerais). Defensoria Pública de Minas Gerais. **Defensoria Pública faz vistoria em abrigo de BH onde estão recolhidos venezuelanos da etnia Warao.** 2021. Disponível em: <https://defensoria.mg.def.br/defensoria-publica-faz-vistoria-em-abrigo-de-bh-on-de-estao-recolhidos-venezuelanos-da-etnia-warao/>. Acesso em: 02 set. 2022.

SJMR - Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (Brasil) (Org.). **Quem Somos.** Disponível em: <https://sjmrbrasil.org/quemsomos/>. Acesso em: 01.maio.2022.

ZAMORA, García R. **Migrações Internacionais e Desenvolvimento na América Latina: Avanços e Desafios** *Rev. Inter. Mob. Hum*, 2009, XVII (33), 11-35.

ZAPATA, G.P. & FAZITO, D. **O Significado da Nova Lei de Migração 13.445/17 no Contexto Histórico da Mobilidade Humana no Brasil.** *Revista UFMG*, 2018, 25 (1), p. 224-237.

ZAPATA, G. P. y MOULIN, C. (2021). **Desventajas sociales?:** procesos in/exclusión social de la población migrante y refugiada en Brasil durante la pandemia de COVID-19. Documento de Trabajo CAMINAR Nr. 4. Disponible en: <https://www.caminaramericas.org/documentos>

ZAPATA, G. P., & Tapia Wenderoth, V. (2022). **Progressive Legislation but Lukewarm Policies: The Brazilian Response to Venezuelan Displacement.** *International Migration*, 60(1), 132–151.